

SOCIALISMO
EM DISCUSSÃO

TARSO GENRO
EDMILSON RODRIGUES - JOSÉ DIRCEU



INSTITUIÇÕES
POLÍTICAS NO
SOCIALISMO



SABEMOS QUE O PRAGMATISMO DAS AÇÕES POLÍTICAS DEVE SER EQUILIBRADO PELA REFERÊNCIA CONSTANTE AOS PRINCÍPIOS TEÓRICOS, QUE PARA NÓS SE ENCARNAM NA PALAVRA SOCIALISMO. SABEMOS TAMBÉM QUE NO MOMENTO HÁ MUITA HESITAÇÃO E MUITA DÚVIDA A RESPEITO DO SOCIALISMO. A DERROCADA DA UNIÃO SOVIÉTICA E A DESCARACTERIZAÇÃO DA SOCIAL-DEMOCRACIA NA EUROPA SÃO FATORES QUE CONTRIBUÍRAM PARA GERAR ESSES SENTIMENTOS. MAS O SOCIALISMO É ALGO MAIS VASTO QUE SUAS MANIFESTAÇÕES HISTÓRICAS E CONTINUA A SER O CAMINHO MAIS ADEQUADO ÀS LUTAS SOCIAIS QUE TENHAM COMO FINALIDADE ESTABELECEER O MÁXIMO POSSÍVEL DE IGUALDADE ECONÔMICA, SOCIAL, EDUCACIONAL COMO REQUISITO PARA A CONQUISTA DA LIBERDADE DE TODOS E DE CADA UM.

ISBN 85-86469-43-2



9 788586 469435

ANTONIO CANDIDO



EDITORA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

**INSTITUIÇÕES POLÍTICAS
NO SOCIALISMO**

Fundação Perseu Abramo

Instituída pelo Diretório Nacional
do Partido dos Trabalhadores em maio de 1996

Diretoria

Luiz Dulci – presidente
Zilah Abramo – vice-presidente
Hamilton Pereira – diretor
Ricardo de Azevedo – diretor

Editora Fundação Perseu Abramo

Coordenação Editorial

Flamarion Maués

Revisão

Maurício Balthazar Leal
Candice Quinelato Baptista
Márcio Guimarães de Araújo

Capa e Projeto Gráfico

Gilberto Maringoni

Ilustração da capa

Isadora França de Oliveira

Editoração Eletrônica

Augusto Gomes

Impressão

Gráfica OESP

1ª edição: março de 2001 – Tiragem: 3 mil exemplares

Todos os direitos reservados à

Editora Fundação Perseu Abramo

Rua Francisco Cruz, 234 – CEP 04117-091 – São Paulo – SP – Brasil

Telefone: (11) 5571-4299 – Fax: (11) 5571-0910

Na internet: <http://www.fpabramo.org.br> – Correio eletrônico: editora@fpabramo.org.br

Copyright © 2000 by Editora Fundação Perseu Abramo — ISBN 85-86469-43-2

Socialismo em discussão

INSTITUIÇÕES POLÍTICAS NO SOCIALISMO

Tarso Genro
Edmilson Rodrigues
José Dirceu



EDITORA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Genro, Tarso

Instituições políticas no socialismo / Tarso Genro, José Dirceu de Oliveira e Silva,
Edmilson Rodrigues. — 1ª ed. — São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2001. —
(Coleção Socialismo em Discussão)

Bibliografia.

ISBN 85-86469-43-4

1. Política 2. Socialimo I. Oliveira e Silva, José Dirceu de. II. Rodrigues, Edmilson. III.
Título. IV. Série.

01-0541

CDD-320.531

Índices para catálogo sistemático:

1. Socialismo : Ciência política 320.531

Sumário

Apresentação

Luiz Inácio Lula da Silva 7

Fundamentos para um projeto de instituições políticas no socialismo

Tarso Genro 9

Comentários

Edmilson Rodrigues 21

A centralidade do trabalho hoje 22

A classe que vive do trabalho 25

Ampliar a participação do povo 27

Comentários

José Dirceu 29

Socialismo democrático 30

Radicalizar a democracia 33

Debate com o público	37
Danilo Cerqueira César	37
Marco Aurélio Garcia	38
Sílvio José Pereira	40
Paulo Vannuchi	41
Tarso Genro	41
Edmilson Rodrigues	47
José Dirceu	50
Paul Singer	55
Jorge Almeida	56
Ricardo Musse	58
Clara Charf	59
Comentários finais	63
Tarso Genro	63
Edmilson Rodrigues	65
José Dirceu	67
Sobre os autores	69

Apresentação

Luiz Inácio Lula da Silva

Em meados de 1999, visitei Antonio Candido para conversar um pouco sobre nosso país, nossos desafios e nossas esperanças. Além de saborear as deliciosas histórias que ele sempre conta, fui brindado com algumas doses da espantosa sabedoria que jorra do alto daqueles 82 anos de uma vida bem vivida, repleta de lutas e marcada por absoluta coerência de ponta a ponta.

Fiz a ele um pedido que apresentei como convocação. Solicitei que emprestasse sua enorme autoridade intelectual, moral e política para estimular a retomada de alguns debates fundamentais para despertar a criatividade e reanimar o ímpeto de uma esquerda que, mesmo representando o que há de mais promissor em nossa terra, nunca está imune aos vícios do acomodamento e ao apego à rotina.

Trocamos idéias sobre alguns temas prioritários e sobre possíveis alternativas para romper o marasmo intelectual que vinha caracterizando nosso país, sob o já longo reinado de FHC.

Antonio Candido ficou de pensar. Algum tempo depois, convidou Paul Singer e Francisco de Oliveira, e eles três, junto com Paulo Vannuchi, meu assessor no Instituto Cidadania, realizaram inúmeras reuniões e consultas até conceber os Seminários Socialismo e Democracia, que o Instituto promoveu em parceria com a Fundação Perseu Abramo e a Secretaria Nacional de Formação do PT, de abril a junho deste ano.

Foram realizados seis seminários que abordaram o socialismo a partir de vários ângulos, para um plenário sempre superior a cem pessoas, entre dirigentes do PT, da CUT, parlamentares, lideranças de movimentos populares, membros de equipes de governo, ONGs, intelectuais, estudantes e convidados em geral. Já na carta-convite para o evento, explicamos que nossa idéia era discutir o que queremos entender por socialismo hoje, para o Brasil e para o mundo. E que não existia, de nossa parte, nenhuma concepção prévia de socialismo e de como alcançá-lo. Queríamos retomar um clima de discussão aberta, no qual pudéssemos expor livremente todas as nossas certezas e dúvidas. Sem exclusão de nenhuma corrente ou facção.

Com a coleção “Socialismo em Discussão” publicamos o conteúdo básico desses seminários. Queremos que este material seja amplamente divulgado em todo o país, que seja reproduzido, que estimule outros textos e publicações, afastando todas as ameaças de inércia e de mesmice. Queremos que seminários desse tipo sejam realizados nos vários estados, repetindo o produtivo ambiente de franqueza, polêmica, respeito e seriedade que marcou os seminários. Sobretudo nas atividades de formação política, a contribuição deste caderno pode ser muito grande.

O êxito e a ampla aprovação obtidos nesta primeira fase tornam obrigatório o prosseguimento das discussões em 2001, focalizando aspectos cada vez mais concretos e específicos do tema. Já era essa a idéia dos organizadores dos seminários. Eles agora cuidarão da tarefa com ânimo redobrado, escalando adequadamente a rica pluralidade de craques ainda não convocados, entre dirigentes partidários, sindicalistas e intelectuais.

Penso que dessa forma estaremos construindo, juntos, uma compreensão do socialismo que esteja realmente à altura das exigências do novo século e que nos habilite a lutar por vitórias que são imperativas e inadiáveis no grave cenário de crise social, injustiças e desigualdades que vem sendo imposto aos brasileiros já de longa data.

São Paulo, junho de 2000

Fundamentos para um projeto de instituições políticas no socialismo

Tarso Genro

“... o uso de certas instituições, isto é, o uso de determinados meios para a formação das decisões políticas, condiciona os fins possivelmente buscados: a escolha de um regime implica, em termos gerais, a escolha de determinados valores.” (Lucio Levi)

Abordarei o tema “instituições políticas no socialismo” como instituições políticas de um Estado democrático de direito, que abram perspectivas para um projeto socialista democrático, e não como instituições de um Estado “inteiramente outro”, para usar uma expressão de Claude Lefort. Faço-o porque entendo arriscado avançar mais do que isso. Diante da total falência e da inoperância dos “soviets”, parece imprudente partir desta instituição política da democracia direta para pensar um novo Estado. Entendo, ainda, que as instituições originárias das grandes revoluções burguesas, a Gloriosa e a Revolução Francesa, não esgotaram suas possibilidades nem foram vencidas a ponto de serem simplesmente descartadas.

Alinho alguns fundamentos que me levam à conclusão de que a pura representação política do Parlamento, por mais “depurado” que seja o processo de



escolha dos seus delegados, é insuficiente e incapaz de mediar vontades democraticamente formadas. Estas, diante da fluidez da vida econômica, da rapidez das mudanças histórico-culturais em curso e da fragmentação social, processada pela destruição da economia industrial e do modo de vida a ela articulado, precisam de outras esferas de mediação e de novas garantias. *É preciso, pois, reinventar a democracia para repor a confiança da maioria da sociedade nas instituições políticas do Estado democrático, indicando os pontos de desequilíbrio para sua democratização radical.*

Milton Santos¹ diz que a

grande mutação tecnológica é dada com a emergência das técnicas da informação, as quais – ao contrário das técnicas das máquinas – são constitucionalmente divisíveis, flexíveis e dóceis, adaptáveis a todos os meios e culturas, ainda que seu uso perverso atual seja subordinado aos interesses dos grandes capitais. Mas, quando sua utilização for democratizada, estas técnicas doces estarão a serviço do homem.

I

Nos últimos anos, a crescente dissolução da *velha sociedade de classes* e a organização material e ideológica de *uma nova sociedade de classes*, ainda mais dura e mais elitizada, alterou as formas de controle social e os padrões ideológicos e culturais correspondentes. Esta nova sociedade, porém, não é mera continuidade e só pode organizar-se sobre os escombros da anterior, não só com a destruição de seus valores, mas também com a eliminação da *memória* de seus valores. Estas novas necessidades para a instituição de novos padrões de dominação – destruição concreta dos valores e da memória desses valores – são facilitadas por poderosas transformações tecnológicas, principalmente aquelas que tiveram e continuam a ter influência sobre a informação e a comunicação, que constituem um elemento vital da nova ordem econômica do mundo².

1. *Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro, Record, 2000, p. 174.

2. GENRO, Tarso. *Letargia da insegurança. Folha de S. Paulo*, São Paulo, 6 fev. 2000, Caderno Mais, p. 18.

II

Para analisar esta questão, deve-se levar em conta que *as fronteiras entre as classes já não estão mais demarcadas da mesma forma como antigamente*. De um lado porque as “não-classes” – da intermitência, da exclusão, da precariedade – são as que mais pesam como “formadoras de opinião” eleitoral e também para os movimentos sociais extraparlamentares; de outro, porque as próprias *classes hegemônicas* já não estão mais alicerçadas na ideologia burguesa “clássica”, com o seu manto fáustico-produtivista. Não estão mais voltadas para a implantação nacional, para o progresso material extensivo, para a inserção dos indivíduos em classes definidas (período que caracterizou a emergência e a consolidação da burguesia industrial) e hoje integram plenamente a dinâmica do “capital-dinheiro”.

A ausência de fronteiras nítidas e definidas entre as classes, do ponto de vista cultural e psicológico, não significa, porém, uma maior proximidade entre elas, mas uma maior fragmentação. Uma fragmentação que não só desconstituiu os valores tradicionais que as unificavam e as contrapunham como determinou que, em vez de se aproximarem pela contradição negociada ou explosiva, passassem a se afastar pela recíproca diluição, o que obstrui a “força decisória da política”³.

III

No *comunismo real*, a classe operária extinguiria todas as classes para extinguir-se como classe, o que implicaria *a imposição da supressão de qualquer contrato*: realizaria e, ao mesmo tempo, suprimiria o garantismo. A *social-democracia* predestinava as classes a aceitarem o seu lugar específico, subordinado ou subordinante, e considerava o *papel histórico das classes vinculado à harmonia social*, enquanto projeto político, e ao garantismo jurídico, enquanto projeto de ordem econômico-mercantil: *o garantismo teria um papel fundador e estabilizador*.

3. Idem, *ibidem*.

O comunismo real e a social-democracia esgotaram o seu ciclo histórico. A recorrência a ambos se dá, hoje, à esquerda e à direita, como recorrência negativa por diferentes motivos. O *primeiro caminho*, do comunismo real, pagou um duro tributo à ditadura do partido único, que sufocou a força constituinte/civilizatória que emergiria de um direito democrático-revolucionário. O *segundo caminho*, da social-democracia, entregou-se a um pacto de curta duração, também atualmente em extinção: a força histórica do capital-dinheiro zomba de qualquer pacto econômico ou político, pois pode impor sua reprodução sem vínculos estruturais com a produção da riqueza social. (Esta força tornou-se a força normativa global que se impõe não só sobre a democracia como contrato político, mas também sobre as políticas distributivas social-democratas⁴.)

IV

Sustento que a simplificação com que o “marxismo dominante” abordou as teorias jurídicas modernas e mesmo o direito romano foi um dos fatores culturais mais fortes que limitaram sua evolução como teoria jurídica e impulsionaram o recurso ao totalitarismo na União Soviética. Estas verdadeiras fórmulas dogmáticas abrigaram-se principalmente no reducionismo classista, que pretendia abranger tanto o desvendamento do Estado absolutista moderno como o do Estado democrático de direito praticamente sob a mesma luz analítica.

A conclusão é que a visão acumulada a partir da chamada “crítica das armas” ao Estado da sociedade capitalista não só se mostrou insuficiente como *experimento teórico e desenho histórico* da realidade pretendida (afinal, era uma visão permeada pela certeza do “fim do Estado e do direito”), *como também foi extremamente frágil como construção teórica propositiva*.

Tomemos ainda dois exemplos emblemáticos. O princípio da *igualdade perante a lei* e o do *devido processo legal*. Ambos jamais sofreram qualquer contestação consistente dos defensores de um “direito marxista”, mas os dois foram, em regra, sistematicamente violados no socialismo real, em confronto com

4. GENRO, Tarso. Sabores e dissabores do marxismo perante o liberalismo. In: ARRUDA JR., Edmundo Lima de. *Direito, marxismo e liberalismo*. Ensaios para uma sociologia crítica do direito. No prelo.

os próprios princípios constitucionais fundadores dos respectivos Estados. E o foram tanto no bojo da consolidação das revoluções (o que é facilmente explícito) como de forma permanente, depois de estabilizados os Estados de direito tidos como socialistas.

O princípio da *igualdade formal* nas sociedades socialistas reais e nas sociedades capitalistas, confrontado com as *relações sociais reais* – do dinheiro ou do poder burocrático – que multiplicavam e multiplicam desigualdades, entra permanentemente em crise perante uma brutal contradição: a que existe entre a *infinita abstratividade e generalidade da norma e a infinita concretude de cada caso singular*⁵. Um locatário que não paga os aluguéis como técnica de acumulação é enquadrado no mesmo “tipo” legal que abarca o empresário-locatário que não os paga porque está acochado pelos juros extorsivos do sistema bancário. O burocrata do partido e o burocrata que não é do partido – no socialismo real – não têm o mesmo “valor”, quando sofrem a incidência de um ato administrativo de caráter corretivo sobre as respectivas funções que exercem na administração⁶.

V

A elaboração teórica do Estado moderno encontra suporte nas fundamentações de Hobbes – no seu aspecto “absolutista” – e Locke – na sua face liberal –, mas a sua fundamentação mais exemplar, quanto à necessidade da “representação” democrática para legitimá-lo – absorvendo e superando a ambos –, foi construída pelo Abade Sieyès⁷. *Ele constata a necessidade de uma “divisão especializada de trabalho” – entre governantes e governados – para emprestar racionalidade e permanência a um Estado que já se anunciava como dotado de grande complexidade.*

Esta *separação* da vontade dos *governados* em relação à ação dos *governantes* especializados (e da sua burocracia) permite “autonomizar” as decisões do Estado democrático, que apenas ficticiamente interpreta a vontade geral, por

5. Este exemplo foi inspirado em orientação, ao signatário do presente texto, do professor Ernildo Stein.

6. GENRO, Tarso. Sabores e dissabores do marxismo perante o liberalismo. In: ARRUDA JR., Edmundo Lima de. *Direito, marxismo e liberalismo*: Ensaios para uma sociologia crítica do direito. No prelo.

7. *Idem*, *ibidem*, p. 33 e seguintes.

meio da representação. Para Kelsen, por exemplo, a representação é claramente uma ficção, “que não contém em absoluto relação representativa”⁸. Aliás, como disse outro autor, aniquilam-se “as relações sociais de poder na impessoalidade da soberania da lei, dissolvendo a dimensão decisória da política”⁹.

VI

Essa situação, sem dúvida, reduz a importância da representação política, porque seus protocolos de legitimação não são mais aceitos pelo senso comum. Os mecanismos de apreensão da vontade popular ficam fraudados e a democracia parlamentar torna-se, portanto, menos legitimada e respeitada. Um dos elementos básicos desse desencanto é a desigualdade brutal entre os que detêm e os que são excluídos dos modernos meios de informação e propaganda. Isso distancia ainda mais a cidadania das formas de reflexão coletiva e leva à impotência e ao niilismo a parte da intelectualidade que não se adaptou às regras de um jogo de cartas marcadas.

Quais são essas técnicas da democracia moderna que não funcionam mais e que proporcionam resultados estranhos às expectativas da maioria do povo? Em *primeiro lugar*, a falência da lei como instrumento de coesão social e orientação mediadora, aparentemente neutra, nas disputas de grupos, classes e indivíduos; ou seja, a legalidade não é mais um marco de referência para a solução das controvérsias, não só pela sua ausência de efetividade como imperativo de conduta, mas também pela impotência do Judiciário.

Em *segundo lugar*, a ausência de um exercício mínimo do Estado, providência que, pela sua desorganização econômica, pela burocratização e por falta de iniciativa dos governantes, reproduz uma indiferença global da cidadania quanto à sua capacidade de resposta; ou seja, o cidadão não tem mais nenhuma identidade material com esse Estado, que reduziu sua interferência na sociedade, não para libertá-lo da burocracia e da incompetência, mas para deixá-lo jogado à sua própria sorte na selvageria do mercado.

8. MORALES, Angel G. Representación Política y Constitución Democrática. *Cuadernos Civitas*, Madrid, 1991, p. 45.

9. VERGARA ESTÉVEZ, Jorge. Modelos elitários da democracia. *Diánoia - Anuario de Filosofía*, México, Cidade do México, Universidad Nacional Autónoma de México/Fondo de Cultura Económica, ano XXXIV, nº 34, 1998, p. 67.

Em *terceiro lugar*, a contradição cada vez mais vigorosa entre a expectativa da representação política e os seus resultados concretos; isto é, a alienação cada vez maior do representado em relação ao representante, fato que, além de “separar” a política (como desejo abstrato de melhoria do mundo) dos seus resultados na economia em geral e na própria vida familiar, produz uma hostilidade profunda entre o representante e o representado. Este deixa de acreditar na representação sem substituí-la por outras formas de interferência na gestão pública, já que o fracasso histórico da democratização direta desconstituiu o elemento utópico, que é, em parte, fundamento do desejo de progredir e de mudar.

Em *quarto lugar*, está a crise financeira do Estado, que o impede de contrarrestar estes sintomas, mesmo por meio de políticas autoritárias ou paternalistas capazes de dar respostas mínimas; ou seja, medidas que mantenham o corpo da sociedade em posição de mínima expectativa sobre o futuro, capazes de instigar, por exemplo, que o cidadão procure “lutar para repartir” ou, no caso dos excluídos, para melhor dividir a renda social.

Carl Schmitt, jurista e cientista político alemão que aderiu ao nazismo e após sua derrocada caiu em desgraça, sustentava uma tese “decisionista”, a qual argumentava, em linhas gerais, que o movimento da política tendia sempre a desprender-se dos seus fins. Esse movimento seria, então, uma luta permanente que se desenvolveria eternamente sem princípios, em termos de “amizades e inimizades” entre os seus protagonistas, os quais se uniriam apenas segundo a necessidade de derrotar o adversário.

Suas teorias foram geradas no interior da longa crise de formação do Estado de direito na Alemanha e correspondiam, na verdade, a uma postura pessoalmente cética em relação à afirmação do Estado democrático. Os postulados de Schmitt eram uma teoria da crise da democracia, crise que só poderia ser superada – e isso Schmitt não admitia – pela vontade política de sujeitos com projetos.



10. GENRO, Tarso. Crise do Estado e da representação. *Utopia*, nº 9, ago./set. 1993, p. 11.

11. GENRO, Tarso. Uma nova cultura de solidariedade. *Folha de S.Paulo*, Caderno Mais!, 12 jan. 1997.

12. HESSE, Konrad. Derecho Constitucional y Derecho Privado. *Cuadernos Civitas*, Madri, 1995, p. 67: “Só mantendo sua influência sobre o Direito Privado nas fronteiras assim marcadas se pode evitar que o benefício de uma proteção geral e eficaz dos direitos fundamentais se converta na praga de uma inflação dos direitos fundamentais, com a qual o Direito Privado teria pouco que ganhar, e os direitos fundamentais e seu verdadeiro significado muito que perder”.

13. Os modernos meios eletrônicos informatizados já podem permitir, por exemplo, consultas periódicas — mensais ou semestrais — à população sobre assuntos públicos relevantes.

Para nós, trata-se efetivamente de reconhecer a gravidade da situação e da tendência da humanidade à barbárie, para propormos formas de ação e organização que possam dirigir a história a um outro sentido: a criação de uma esfera pública, popular, democrática e não-estatal de controle e de indução do Estado, para reformá-lo profundamente, de fora para dentro, sob pena de tornarmos o decisionismo de Schmitt a profecia da tragédia¹⁰.

VII

Trata-se de forjar um novo “contrato social”. Não um novo “pacto social”, que sempre foi um recurso jurídico-político das elites em horas de crise da sua hegemonia. Mas um novo “contrato”, que permita a emergência de *novas formas para a constituição de maiorias* na sociedade, *por intermédio de meios diretos de legitimação*, e também no Parlamento, *por meio da reorganização do espaço da política delegada*, que contará com novos impulsos para a produção normativa, “capazes inclusive [...] de dar um novo sentido ao modo de vida atual”¹¹.

É preciso, a partir daí, tanto pensar *num novo processo de produção normativa*, inscrito numa teoria geral do Estado, cujo conceito de soberania retome a relação com os “sujeitos-pessoas”, como pensar *num novo padrão democrático* do Estado atual que se estruture na representação delegada, mas que não se esgote nela.

O objetivo será forjar uma soberania que se redesenhe pela superação daquelas “regras do jogo”, aparentemente “puras”, para assumir um “jogo com finalidades”: um Estado com a representação corrigida e orientada *por formas diretas de controle público não-estatal*. Seu objetivo mínimo seria fazer valer as próprias finalidades do Estado democrático de direito, que normalmente já estão inscritas como normas constitucionais sem nenhuma efetividade¹².

Trata-se de afirmar e superar Kelsen e Bobbio, colocando como fundamento dessa nova concepção a *necessidade de regras do jogo com outra teleologia*,

que obriguem a que todos os interesses abram-se na cena pública para incidir nas decisões do Parlamento e do Executivo.

Essa nova etapa democrática só poderá ser garantida por meio de instituições de democracia direta, que operem entre um e outro momento eleitoral “delegativo”¹³. Seriam regras de direito público “não-estatal” – abertas por permissivo constitucional –, cuja validade seria dada dentro de determinados limites previstos na Constituição¹⁴ e cuja eficácia seria processualmente conquistada, dando uma nova dimensão à antiga cidadania formal.

Trata-se, também, de afirmar e superar Hermann Heller, o grande teórico da soberania afirmada pela representação¹⁵, não só para *mantê-la como fonte estruturadora genérica da soberania estatal* (por meio do corpo político estável de delegados), mas também para *emprestar à soberania estatal a força legitimante de novas instituições*, baseadas na democracia direta.

E o campo fértil para iniciar tais processos são a produção e o controle do orçamento público e, também, as decisões e o controle público sobre as políticas públicas de largo alcance¹⁶.

VIII

É duvidoso que haja um controle democrático do Estado e um controle público dos governos se não for atacada de frente a questão da informação, do monopólio das comunicações e desconstituído o poder que verte, por intermédio dele, para as classes dominantes.

A manipulação da informação tem sido, aliás, fundamental para a implementação do projeto neoliberal e mesmo para a transformação das suas vítimas em aliados. A fragmentação social em curso e a conseqüente despoticização dos sujeitos mais articulados da política moderna – os partidos, os sindicatos, o Parlamento – exigem que a participação direta da cidadania e a sua capacidade de delegação sejam *combinadas em múltiplas instâncias, inclusive experimentais*, capazes de estimular o conformismo, a letargia e o fatalismo.

14. Exemplo: “Regimento Interno” do Orçamento Participativo, produzido por decisão autônoma dos 16 Conselhos Populares Regionais da cidade de Porto Alegre, que regula o processo de participação e decisão direta da comunidade na produção e execução orçamentária.

15. HELLER, Hermann. *La soberania: Contribución a la teoría del derecho estatal y del derecho internacional*. México, La Fundación, Escuela Nacional de Jurisprudencia, A.C./Fondo de Cultura Económica, 1995, p. 12: “A conquista era enorme, pois, em virtude dela, o poder temporal se fez intérprete das circunstâncias de tempo e lugar e o criador das normas apropriadas para satisfazer as necessidades dos homens e dos povos; era, ademais, o primeiro triunfo no caminho da desalienação do poder temporal e dos homens”.

16. GENRO, Tarso. *Democracia, direito e soberania estatal*. In: *O futuro por armar: Democracia e socialismo na era globalitária*. Petrópolis, Vozes, 1999, p. 67-69.

Por isso, no que se refere à questão da informação, uma proposta estratégica que direcione a sociedade para uma forma de socialismo democrático deve prever uma *estrutura estatal de caráter político-administrativo* que possa ter visibilidade política para a sociedade, para tratar daquilo que é o cerne de uma nova democracia moderna: *a liberdade de informação e a de opinião, hoje totalmente comprometidas pela verdadeira “ocupação” que as elites fizeram dos meios de comunicação mais potentes e incidentes sobre a vida cotidiana.*

IX

Em síntese, a engenharia política das instituições de uma sociedade em transição que reduza permanentemente as desigualdades deve servir-se à exaustão dos meios tecnológicos disponíveis – da eletrônica e da informática – para potencializar a participação dos cidadãos, em todos os níveis, como respostas às limitações da democracia formal do Estado moderno.

As novas instituições legais e os novos organismos políticos devem ser destinados a *radicalizar o caráter democrático das decisões públicas e, ao mesmo tempo, permitir a politização da economia*, o que não significa “revogar” a sua legalidade, mas sim submetê-la ao projeto da máxima supressão possível das desigualdades.

Para tanto, sugiro, como princípios básicos que informariam a nova engenharia institucional nos diversos níveis da Federação, os seguintes:

- 1) uma *estrutura parlamentar* de delegados, unicameral, com substituição previsível, cuja regulamentação permita a cassação de mandatos por *recall*, por meio de consultas ao eleitorado delegante, previstas em lei, a partir de um percentual mínimo da população delegante;
- 2) estruturas *locais, regionais e nacionais*, constituídas por meio de *formas diretas de participação*, para elaboração, em conjunto com os Executivos, do orçamento público, estruturas que deveriam, igualmente, *controlar a execução*

da lei orçamentária, com poder de veto sobre determinadas decisões do Executivo, com direito de recurso, deste, à representação parlamentar;

3) um Poder Executivo formado por eleição direta, com previsão constitucional de consultas periódicas à população (um ano, por exemplo), para a confirmação ou não do tempo previsto para os mandatos;

4) um Poder Judiciário submetido, nas suas diversas instâncias, ao controle externo, no que se refere à sua eficácia e aos seus atos administrativos, excluindo o controle referente às suas decisões de natureza judicial;

5) um Conselho Permanente de Democratização da Informação, formado por representantes designados pelos três Poderes e pelos partidos políticos com assento no Parlamento federal, mas cuja composição majoritária seja formada por *membros eleitos nos estados da Federação*, cuja finalidade seria reger e vigiar a aplicação de normas que permitam a liberdade de informação, o livre trânsito de opiniões, a obstrução de qualquer monopólio na área, bem como a elevação dos padrões éticos e culturais dos meios de comunicação.

Comentários

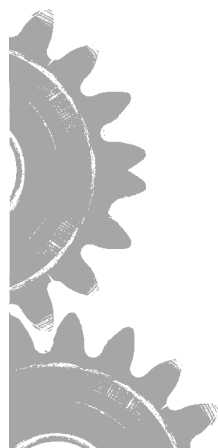
Edmilson Rodrigues

Quero saudar a realização deste seminário, pois representa um esforço para debater algo imprescindível ao Partido dos Trabalhadores (PT), uma vez que é estratégico refletir sobre nossa concepção de socialismo e suas possíveis formas institucionais. Para construirmos um projeto socialista para o país, e os caminhos para concretizá-lo, é necessário um esforço coletivo, que será realizado com maior ou menor dificuldade – nunca é fácil construir o novo – na medida em que saibamos, com mais clareza, a qual porto queremos chegar.

A exposição de Tarso Genro é muito rica. Ao adotar uma postura não-sectária para afirmar as idéias e os conceitos que orientam sua crítica a determinadas formas políticas que têm se sucedido ao longo da história, contribui para a elaboração democrática de uma síntese sobre o tema aqui tratado.

Em uma de suas mensagens, o subcomandante insurgente Marcos, do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), ao nos contar uma história que lhe teria sido narrada pelo *Viejo Antonio*, um ancião e sábio indígena maia que fora professor do que hoje se conhece como “neozapatismo”, diz:

... el mundo hay que rodarlo hasta que llegue a saber donde, y que habría quien no quiera que el mundo ruede y quiera que se quede quieto, sin que cambien las cosas,



porque cuando el mundo rueda no hay quien está arriba o abajo y si se está quieto siempre hay quien está arriba y quien está abajo y siempre son los mismos los de arriba y los de abajo se el mundo no se rueda¹.

1. "... é preciso girar o mundo até, e haveria quem não queira que o mundo gire e queira que fique parado, sem que as coisas mudem, porque quando o mundo gira ninguém está em cima ou embaixo e se se fica parado sempre alguém está em cima e alguém está embaixo e sempre são os mesmos os de cima e os de baixo se o mundo não gira". EJÉRCITO ZAPATISTA DE LIBERACIÓN NACIONAL. Mensaje para la Inauguración del II Encuentro Americano por la Humanidad y contra el Neoliberalismo. Subcomandante Insurgente Marcos, Chiapas-México, Belém do Pará, Brasil. En la América que pregunta, Diciembre de 1999.

2. ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao Trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo/Campinas, Cortez/Unicamp, 1995, 2ª edição, p. 73-97.

Parece-me que esta idéia tem uma conotação fundamental para que possamos refletir sobre a transformação da realidade. Só que pensamos a realidade – como ressaltou Tarso Genro – num mundo diferente daquele até recentemente conhecido por nós. As imagens mais fortes da história do PT estão ligadas a um momento do movimento sindical que tinha como referência as fábricas, que, pela grande concentração de operários, equivaliam às populações de muitas das cidades brasileiras.

E as formas de organização e de luta, para cada momento, têm de expressar as necessidades historicamente determinadas da classe trabalhadora, conforme as condições concretas de como se apresenta o modo social de produção. Então, considero que hoje temos que pensar saídas políticas, incluindo todas as formas de luta, inclusive a sindical e a ocupação de espaços institucionais do Estado, haja vista que vivemos numa sociedade submetida a uma – para usar expressão cunhada pelo sociólogo Ricardo Antunes – “globalidade desigualmente articulada”. O mundo está perversamente ordenado, a sociedade contemporânea é uma ordem desordenada a partir da lógica do mercado, do lucro, e há os que sempre estão por cima e por isso não querem que o mundo se mova.

A centralidade do trabalho hoje – Dito isso, gostaria de fazer um contraponto geral ao que o Tarso Genro expôs, amparando-me novamente em Ricardo Antunes – que mediante maravilhoso trabalho de pesquisa reflete sobre as metamorfoses do mundo do trabalho e sobre sua centralidade no processo de transformação social². Gostaria de enumerar cinco teses de sua autoria que, a meu ver, são importantes para qualificar o debate acerca da centralidade

do trabalho hoje nas lutas de transformação voltadas ao objetivo da emancipação humana.

Na primeira, diz ele, o *trabalho abstrato* continua a cumprir papel decisivo para a constituição do valor de troca; ainda que os fatores subjetivos do processo de trabalho decresçam em relação aos seus fatores objetivos, o papel do trabalho coletivo na produção do valor de troca continua fundamental, mesmo que relativamente sofra redução.

Numa segunda tese, consequência da primeira, o autor diz que o trabalho como criador de valor de uso, o trabalho útil, quaisquer que sejam as formas de sociedade, é indispensável, vital, à própria existência humana. O trabalho – *protoforma* da atividade humana – não deve ser entendido como o *momento único* ou *totalizante*, mas a esfera do trabalho concreto, essa sim, é *ponto de partida* sob o qual se poderá instaurar uma nova forma de sociedade. A luta das classes que vivem do trabalho é, pois, central para as transformações que venham a se realizar no sentido contrário à lógica da acumulação capitalista e do sistema produtor de mercadorias.

A terceira tese afirma a convicção de que uma efetiva emancipação humana dar-se-á num processo simultâneo de emancipação *do* trabalho e *pelo* trabalho. São importantes as diversas dimensões e formas de luta do povo, muitas das quais hoje têm ganho força, tais como a ecológica, a feminista, a dos negros, a dos homossexuais, a dos jovens etc., fundamentais no que diz respeito à individualidade – o que amplia o conceito que, muitas vezes, foi tratado de forma “vesga” de interpretação e elaboração marxistas – e, por isso, de uma sociabilidade dotada de sentido. Ressalta, porém, que: “Embora heterogeneizado, complexificado e fragmentado, as possibilidades de uma efetiva emancipação humana ainda podem encontrar concretude e viabilidade social a partir das revoltas e rebeliões que se originam *centralmente* no mundo do trabalho”.

A quarta tese afirma que agora os desafios passam a ter uma dimensão que não havia sido imaginada pela esquerda socialista e que supera a sua própria

expectativa. Esta é uma das teses para a qual, na verdade, ele disse que não haveria, hoje, respostas definitivas, mas a possibilidade de que nessa nova realidade global ocorram um aumento, uma maior potencialidade e uma maior centralidade dos estratos mais qualificados das classes trabalhadoras. Ou seja, o trabalho especializado tem potencial para ser fundamental para alavancar um processo de luta na perspectiva de uma sociedade humana humanizada. Nesse sentido, há de estabelecer um diálogo para recuperar o debate acerca da tese da universalização da classe operária, do fim do Estado, das classes e dos antagonismos sociais.

Contradições, a meu ver, sempre existirão, e, muitas vezes, profundas, considerando que os indivíduos são diferentes e as culturas humanas se expressam conflituosa e contraditoriamente, haja vista que valores culturais dificilmente se homogeneízam.

A quinta tese trabalha o conceito de alienação de estranhamento. Afirma Antunes que persistem os antagonismos na sociedade atual, entre o capital social total e a totalidade do trabalho, o que, portanto, nos coloca num nível de complexidade ainda maior, se se pretende enfrentar o debate sobre uma formulação estratégica, um novo projeto de socialismo.

Em texto recente, o professor Carlos Veiner³, do IPPUR (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro), afirma, fazendo menção a Albert Hirschman, a necessidade de constituirmos projetos de mudanças e agirmos enquanto sujeitos de mudanças. Em suas referências a Hirschman⁴, retoma duas teses “atemorizadoras” levantadas por esse autor: a da “inocuidade” e a da “perversidade”. Então, baseado nelas, discorre sobre o que seria uma postura “perniciosa”, se se pretende contribuir para a construção de um mundo novo. A *tese da inocuidade* sustenta que “qualquer coisa que tentemos fazer para mudar a sociedade será inócua, porque a sociedade é o que é; e ela é o que é porque isto está fundamentalmente enraizado na sua natureza, isto é, na natureza social, que não é senão, desta perspecti-

3. VAINER, Carlos B. *É possível planejar as cidades e as regiões? Planeamento e mercado na periferia*. Aula inaugural proferida no Curso de Especialização em Gestão Urbana. Centro de Ensino Superior do Pará – CESUPA, mimeo. Belém, maio de 2000.

4. HIRSCHMAN, Albert. *A Retórica da intransigência: Perversidade, futilidade, ameaça*. São Paulo, Companhia da Letras, 1992.

va, a natureza humana”. A *tese da perversidade* sustenta, por sua vez, que “como o mundo é assim, regido por determinadas leis, tentar fazer coisas que vão em sentido inverso, mesmo que seja por boas razões, com boas intenções, acaba conduzindo a efeitos contrários aos pretendidos”.

A classe que vive do trabalho – Isso posto, qualquer tentativa de modificar a lógica de reprodução social da sociedade de mercado implicaria ter que pagar um preço alto. “É isso que é perverso, nos dizem os arautos do pensamento único dominante, os custos sempre acabam sendo maiores que os benefícios.” Significaria dizer que qualquer tentativa de tornar a sociedade menos desigual e menos injusta implicaria taxas crescentes de injustiça e desigualdade. Assim, estaríamos para sempre condenados ao fracasso.

Ora, a ação humana é essencialmente planejada. O planejamento voltado ao objetivo de construção de uma sociedade nova é um instrumento político não apenas possível como necessário. Mas só pode se realizar na medida em que haja forças sociais capazes de dar sustentação a esse projeto de mudanças estratégicas. Por isso, deve-se ousar no exercício permanente de participação democrática e, ao mesmo tempo, da construção de sujeitos políticos coletivos. Para usar uma expressão do próprio Tarso Genro, é intentar, permanentemente, o processo de “democratização radical” da sociedade. A radicalização da democracia é fundamental para a constituição de sujeitos políticos que, a partir dos interesses da *classe que vive do trabalho*, possam se contrapor àqueles da classe que vive da exploração do trabalho alheio.

Então, a ação humana dos que têm um compromisso histórico com a construção do novo, com um projeto socialista, não é inócua nem neutra, mas parte de um confronto de interesses que se apresentam conflituosamente em qualquer construção histórica democrática.

Nesse ponto, eu afirmaria que, para refletirmos sobre a realidade, para a formulação e a execução de qualquer projeto de sociedade, faz-se necessário com-

preender a política como dimensão fundamental de nossa ação. Ou seja, quando gerimos uma cidade devemos promover sua politização, em nível local e em processos mais amplos de participação e de luta. A meu ver, isso é fundamental para que não caiamos num administrativismo que acabe apenas por colaborar para a produção e a reprodução da sociedade de mercado.

Nesse sentido, seja em nível da cidade ou de uma unidade federativa, ou na perspectiva do governo do país, a sociedade não pode ser pensada como uma empresa, para a produtividade e a competição. Esse tipo de concepção, muito presente em determinadas formas de relação da própria esquerda e, em certa medida, do PT, com o aparelho do Estado, redonda numa forma de gestão voltada, principalmente, a administrar inadmissíveis problemas e a contribuir com políticas voltadas à inclusão social, mas que ao não questionar a fundo a lógica do próprio sistema pouco contribui para uma transformação mais profunda da estrutura social.

A consequência disso é que a imagem da instituição estatal com a qual nos relacionamos acaba por parecer mais importante do que a própria “vida real”.

Algumas formas de planejamento e gestão têm se realizado secundarizando a existência dos conflitos sociais, das diferenças e dos antagonismos de classe, excluindo os sujeitos sociais mais importantes – os que vivem do próprio trabalho – dos processos decisórios, buscando um certo grau de participação de determinados segmentos mais organizados da sociedade e priorizando a formulação de projetos de grande visibilidade que, em alguma medida, contribuam para vender a imagem da cidade, reforçando seu viés mercadológico. A cidade-mercadoria nega o objetivo da igualdade social. Nega também objetivo aqui tão bem fundamentado por Tarso Genro como “o mais subversivo”, que é o da inclusão social, o qual, a meu ver, realmente é fundamental, mas tem que ser pensado na perspectiva da ruptura com a sociedade fundada na lógica do mercado e do lucro.

Dito isso, penso que é preciso ter muito cuidado com a nossa forma de relação, como partido de esquerda, com a participação nos espaços institucionais e

na máquina do Estado, para que não se reproduza aquilo que no mundo do trabalho, na relação capital/trabalho, tem sido muito forte, ou seja, que o estranhamento acabe por impor uma lógica manipulatória e um envolvimento cooptado.

Ampliar a participação do povo – Para concluir, quero dizer que os processos de ação que pretendam participar na construção de um mundo socialista pressupõem, acima de tudo, o fim de qualquer medo de ter o povo como sujeito político; deve-se ampliar ao máximo a participação decisória do povo. Nesse sentido, tenho grande afinidade com a proposta de se refletir sobre e fomentar a criação de esferas públicas não-estatais. As experiências de Orçamento Participativo criam esferas que tensionam a institucionalidade. A própria forma atual de representação parlamentar vem sendo posta em xeque. O debate em Porto Alegre sobre a legalização ou não do Orçamento Participativo foi rico e acabou apontando para que não se formalizasse legalmente, para não impedir que, permanentemente, a participação democrática influenciasse no aperfeiçoamento dos mecanismos dos próprios espaços de participação e de construção do poder popular.

Temos, também, que estar atentos para garantir que os instrumentos utilizados por nós atendam aos interesses da transformação mais radical. Afinal de contas, até mesmo o Banco Mundial tem indicado o Orçamento Participativo como um instrumento de planejamento; tem indicado também a Bolsa-Escola e uma série de outros instrumentos que compõem o chamado modo petista de governar e que têm sido utilizados em vários governos do PT. É com esse sentido que a maneira como esses projetos são desenvolvidos – menos a forma e mais o conteúdo – tem de ser pensada. Para a sua qualificação, a forma como realmente se expressa a democracia é fundamental.

Por fim, há um debate que deve ser posto em nossa pauta sobre democracia: qual a mediação possível do conflito entre a participação direta dos cidadãos

nos processos decisórios (cada cidadão um voto) e a tendência de que as ONGs (organizações não-governamentais) e outros segmentos organizados sejam chamados a decidir. Como se resolve esse conflito, na medida em que a negação da participação do indivíduo é imanente às formas conhecidas de democracia? Mesmo nos processos de representação direta, as experiências que temos desenvolvido, num determinado momento acabam trabalhando, também, com representações delegadas. Então, como trabalhar essa contradição de modo a evitar um determinado vício burocratizador de processos em que representantes “eternos” de organizações governamentais ou não-governamentais acabem por representar “eternamente”, como se tivessem legitimidade também eterna para falar em nome do povo?

Obrigado.

Comentários

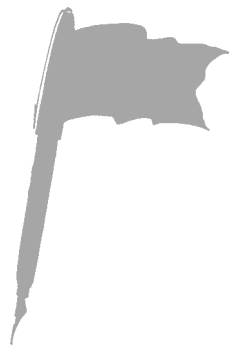
José Dirceu

Vou partir da intervenção que Tarso Genro e Edmilson Rodrigues fizeram.

Vivi a experiência de sair de um país sob ditadura militar, banido, cassado, e ir para um país socialista, Cuba, conviver com o *socialismo real*, na sua fórmula mais desenvolvida, porque, naqueles anos, era uma espécie de comunismo de guerra.

Cheguei em Cuba em 1969, dez anos depois do triunfo da Revolução Cubana. A ofensiva revolucionária de 1968 representou a expropriação de toda forma de propriedade privada em Cuba. Para se ter uma idéia concreta do que isso significou do ponto de vista político, foram proibidos os engraxates, os cabeleireiros, as manicures, os sapateiros etc. etc. Todos os serviços foram socializados, ou seja, estatizados. E vivi aqueles anos atormentado por essa questão.

Quando saí da clandestinidade, voltando ao Brasil em 1978/79, o PT já emergia, Lula já era uma grande liderança, e já aparecia a contradição entre o que reivindicávamos em nosso país e a falta de liberdade política, sindical, de manifestação e de imprensa que havia num país como Cuba. Criava-se, na luta pelas Diretas Já e pela democracia, uma contradição. Éramos cobrados a esse respeito. A direita falava: “Vocês defendem eleições diretas aqui no Brasil. Por que não vão defender em Cuba?”. Quantas vezes não ouvimos isso? Quero



dizer com isso que crescemos, politicamente e como cidadãos, vivendo esta contradição. Cuba havia realizado uma revolução social e cultural nunca vista na América Latina, mas a questão do Estado e da democracia continuava sem solução e saída.

Mesmo considerando que a minha geração, de certa forma, rompeu com o marxismo, com o socialismo oficial, com o stalinismo, vamos dizer assim, nós, socialistas, grande parte com formação marxista nos termos que Tarso Genro colocou, vivíamos essa aparente contradição: lutar pelo socialismo e pela democracia no Brasil e, ao mesmo tempo, encontrar uma realidade em Cuba que não podia ser um modelo para nós.

Em 1965, quando ainda era estudante, houve um período em que vivi uma crise existencial. Um dia encontrei o Luís Travassos em frente à PUC (Pontifícia Universidade Católica) de São Paulo. Ele também estava vivendo uma crise existencial. Nós estávamos desempregados e eu não agüentava o curso de direito da PUC, pois era muito autoritário. Falamos um para o outro: “Vamos para Cuba?”; “Mas vamos como?”; “Vamos sair, vamos pela América Latina”. Cuba, para nós, era uma referência.

Depois, quando os sandinistas tomaram o poder na Nicarágua, fiquei dividido. Eu falava: “Não é possível que dê certo o socialismo na Nicarágua e, muito menos, em Moçambique”. Pensava comigo: “Imagine se vai haver socialismo em Moçambique e na Nicarágua?”. Eu não conseguia me convencer de que existiam condições políticas, culturais, econômicas e mesmo históricas para tanto.

Socialismo democrático – Estou absolutamente convencido de que colhemos o que plantamos: o socialismo e o poder não são apenas conquistados, mas construídos. O que significa isso? Que, ao lutar pela radicalização da democracia, por instituições democráticas, por novas relações socioculturais e pela extensão da cultura, da educação e da comunicação em um período histórico, temos a possibilidade de construir ou não um socialismo democrático. Tam-

bém está ligada a esse projeto maior a maneira como construímos nossos partidos, como concretizamos nossa vida política, como cidadãos na sociedade e no Parlamento, e nossa vida individual, na família, com os filhos, com a comunidade. Isso é inexorável e ultrapassa as questões históricas.

E estamos em uma situação grave: a primeira instituição democrática que temos que reconstruir, por causa da globalização, do capitalismo financeiro e da hegemonia norte-americana, é a nação – além do Estado. Nós, socialistas, vamos ter que reorganizar um Estado nacional, dar a ele poder político, diplomático, comercial e militar – esse é outro problema – e ter uma sociedade democrática. Porque o mundo de hoje e a força do capital financeiro estão constituídos sobre a base de um poder hegemônico político-militar, com objetivos de controle econômico e comercial do mundo. E quem quiser construir instituições democráticas socialistas num espaço nacional terá de controlar o capital na forma em que ele existe, como capital financeiro, capital estocado, capital para investimento, capital para especulação, ou seja, os fundos sociais e o setor financeiro. E terá que controlar de maneira democrática, porque, de outra forma, a sociedade não vai aceitar. Portanto, terá que constituir instituições democráticas de controle do capital e dos fundos sociais – algo que o professor Francisco de Oliveira levantou há muitos anos.

Acho que isso é fundamental para se pensar a questão das instituições no socialismo.

E, de certa forma, já temos uma definição bem avançada sobre o socialismo que queremos, fruto de nossa cultura política, como podemos conferir neste trecho das resoluções do I Congresso do PT. A citação é um pouco longa, mas muito esclarecedora:

Para o PT, socialismo é sinônimo de radicalização da democracia. Isso quer dizer que a concepção de socialismo do PT é substancialmente distinta de tudo que, enquanto concepção, vimos concretizado em todos os países do chamado *socialismo real*. Mais

do que uma mera afirmação retórica de uma idéia, esse compromisso democrático pretende concretizar-se em todas as dimensões do Partido. [...] Dizer isso implica recusar todo e qualquer tipo de ditadura, inclusive a ditadura do proletariado, que não pode ser outra coisa senão ditadura do partido único sobre a sociedade, inclusive sobre os próprios trabalhadores. O PT recusa-se a pensar o futuro da sociedade de acordo com padrões absolutistas e a-históricos. Em nossa concepção de socialismo, não há lugar para noção de uma sociedade perfeita, pronta e acabada, sem problemas e sem diversidade de interesses e opiniões. O socialismo, para ser humanista e democrático, terá que ser uma sociedade na qual governem e se realizem seres humanos reais – com suas paixões, seus desejos, suas grandezas e seus defeitos –, e não o ilusório ser humano perfeito, que não é outra coisa senão a negação do ser humano. Lutamos por uma ordem social qualitativamente superior, baseada na cooperação e na solidariedade, na qual os conflitos sejam vividos democraticamente. [...]

O PT entende que a diversidade de desejos e idéias é inerente à condição humana, razão pela qual a pretensão de suprimi-la não passa de um projeto de violentação da humanidade. [...]

É por isso que encaramos a democracia política, econômica e social como base constitutiva da nossa sociedade. O socialismo pelo qual o PT luta prevê, portanto, a existência de um Estado de Direito no qual prevaleçam as mais amplas liberdades civis e políticas, de opinião, de manifestação, de imprensa, partidária, sindical etc.; em que os mecanismos de democracia representativos, libertos da coação do capital, devem ser conjugados com formas de participação direta do cidadão nas decisões econômicas, políticas e sociais.

A democracia socialista que ambicionamos construir estabelece a legitimação majoritária do poder político, o respeito às minorias e a possibilidade de alternância no poder. Nossa perspectiva, entretanto, não se limita à democratização e à socialização da política apenas a partir do Estado. Visamos construir no socialismo uma esfera pública, na qual “política” não se restrinja a iniciativas estatais-institucionais – leia-se aqui “de partidos políticos também” – mas que, ao contrário, tenha o seu pólo

dominante nas iniciativas surgidas da sociedade, na perspectiva de que a população organizada se aproprie de funções que hoje são reservadas às esferas estatais-institucionais, exercendo em plenitude uma nova cidadania. Para o PT, o socialismo deve ser também a socialização dos meios de governar, a descentralização do poder, e, principalmente, o reconhecimento do direito à diversidade política, cultural, étnica, sexual e religiosa. [...]

A concepção de socialismo do PT nega tanto a ideologia do livre mercado, que conduz à concentração de riquezas e do poder e produz marginalidade social, como a ideologia do estatismo, típica do *socialismo real*, que prejudica o avanço tecnológico, bloqueia a criatividade, nega aos consumidores o poder de escolher entre produtos e serviços, estabelece necessariamente o domínio da burocracia. O PT entende que a combinação entre o planejamento estatal e o mercado orientado socialmente será capaz de propiciar o desenvolvimento econômico com igualdade na distribuição das riquezas, negando, dessa forma, a preponderância e a centralidade do capital na dinâmica das relações sociais. [...]

O PT recusa a perspectiva voluntarista de pretender abolir o mercado, como espaço social da troca, por decreto. O mercado, sob controle do planejamento democrático estratégico e orientado socialmente, é compatível com a nossa concepção de construção do socialismo¹.

Radicalizar a democracia – Este texto é fruto do nosso I Congresso, em 1990. Já faz dez anos e foi produzido após a queda do Muro de Berlim. Minha experiência de vida e minha experiência em Cuba revelam que não podemos construir instituições democráticas se não construirmos, nas relações econômicas e sociais, espaços democráticos. Então, a questão da socialização dos meios de produção tem de ser enfrentada por nós, socialistas. Porque se partirmos da idéia do estatismo como ela foi executada, se não desenvolvermos na gestão das empresas, nas relações econômicas, formas democráticas, não teremos democracia. E essa é uma contradição que o capitalismo e a burguesia vivem.

1. PARTIDO dos Trabalhadores: *Resoluções de encontros e congressos*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

Quando se esgotou a radicalidade democrática da burguesia? Foi quando ela se apropriou e se consolidou como classe hegemônica do ponto de vista econômico e quando ela conformou os Estados nacionais e o imperialismo. E foi cada vez regredindo mais.

O capitalismo financeiro e sua hegemonia global começam a retirar direitos sociais, a restringir os espaços da sociedade civil e, apesar de extinguirem o Estado da previdência social, da seguridade social, do bem-estar social, nunca houve tanto controle estatal, tanta renúncia fiscal a favor do capital e tanta apropriação do excedente social pelo capital como há agora. Talvez nunca tenha havido tanta ditadura, nunca houve tanta falta de liberdade.

Nosso primeiro papel no Brasil é radicalizar a democracia. O Brasil é um país com grande deformação das instituições políticas, pois, além de não termos financiamento público de campanha e de o poder econômico ter tomado conta do sistema eleitoral, além de não termos democracia nos meios de comunicação – embora exista o horário eleitoral no rádio e na TV, que é uma atenuante –, temos ainda agravantes: um presidencialismo com medidas provisórias, um Senado que é Câmara Alta e eleito de forma majoritária, ou seja, a minoria da população elege a maioria do Senado – 14 estados que elegem 42 senadores (a maioria do Senado) não representam nem 15% do eleitorado –, e uma Câmara dos Deputados cuja representação é desproporcional para cada estado. Temos, ainda, uma imensa maioria da população sem acesso à cultura, à educação e à informação, e que é eleitora de forma obrigatória.

Para além de uma reforma política, precisamos combinar a democracia representativa com a direta, com os instrumentos de consulta popular como plebiscito e referendo, e a participação direta no Orçamento Participativo e nos conselhos de cidadãos, como os que hoje existem nos sistemas de saúde e educação. Trata-se de instituir o controle social do Estado pela cidadania.

Talvez a revolução na educação e na distribuição de renda, a democratização dos meios de comunicação e uma reforma política democrática possam resolver

esses problemas. Além disso, assistimos à deterioração e à decomposição do Poder Judiciário no Brasil. Nunca houve tanta corrupção em um setor. Todos vêem a corrupção que aparece na política, no Executivo, mas quem trabalha, quem milita no Poder Judiciário sabe a que nível chegou a corrupção nesse Poder.

Por tudo isso, o tema das instituições políticas no socialismo é muito importante para nós. E estou convencido de que o nosso caminho é a radicalização das conquistas democráticas que a humanidade construiu e sua combinação com a democracia direta. Isso dará perenidade às instituições democráticas, porque, no fundo, todos nós fomos muito influenciados, na concepção do Estado socialista, pela questão militar – e isso deve ter um contraponto.

Todas as revoluções socialistas brotaram de insurreições, muitas delas de guerras revolucionárias, e todas ocorreram em países com baixo grau de desenvolvimento da sociedade civil. Então, pagamos um preço por ter realizado revoluções socialistas nessas condições históricas, porque, em vários casos, as instituições políticas não estavam desenvolvidas. Em graus diferentes, isso ocorreu na Nicarágua, em Cuba, na China e mesmo na Rússia. Assim, pagamos um tributo pela falta de desenvolvimento da sociedade civil e das instituições políticas.

Mas no Brasil temos uma situação diferente. Apesar de todos os retrocessos pelos quais passamos, temos instituições de peso como a Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), a CUT (Central Única dos Trabalhadores), o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), temos a presença da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), temos as ONGs, as entidades da sociedade e os movimentos autônomos, as entidades empresariais e as culturais, as universidades, um espaço cultural desenvolvido; temos partidos políticos, sindicatos, uma massa crítica que nos permite pretender construir uma sociedade democrática socialista.

Tarso Genro tem, nesses anos todos, escrito e pensado nessas questões mais do que a média dos dirigentes petistas, mais do que o coletivo, e foi feliz em sua exposição. Creio que ele abordou várias questões de maneira apropriada, e acho que deveríamos desenvolver outros pontos, como as questões do planejamento, da propriedade democrática, da nova economia, além da questão do Estado, da questão militar, da questão dos fundos. Refletir sobre o papel das empresas, dos bancos e dos fundos sociais.

Acredito que conseguiremos dialogar com a sociedade brasileira a partir de uma perspectiva socialista num nível em que ela possa compreender o que queremos. Porque, se dialogarmos na linguagem de nossas concepções anteriores, não vai haver interlocução entre nós e a sociedade brasileira.

Muito obrigado.

Debate com o público

Danilo Cerqueira César

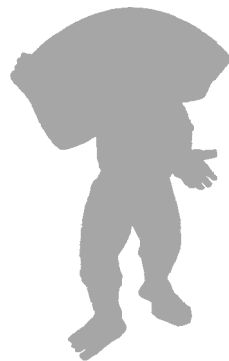
Tarso Genro, especialmente, e José Dirceu defenderam um projeto de Estado regido por uma democratização radical da sociedade, pela participação voluntária, constante e efetiva. Eu, particularmente, gosto muito dessa idéia e luto por esta democratização total da sociedade com o resgate da cultura política, determinando diretamente as posições e políticas sociais a serem efetivadas. Tendo em vista tudo isso, gostaria de perguntar: como entra o PT nessa história?

Tenho 19 anos, quase a idade do partido, sou filho de dois ex-militantes e os acompanhei, literalmente, desde o colo e fui crescendo junto com o partido, indo às reuniões de bairro, enfim, participando, e quando meu pai e mi-

nha mãe saíram do partido eu entrei. Tenho muita afinidade com o partido, então continuei a participar.

Hoje, acompanhando essa série de debates, Socialismo e Democracia, fica óbvio para mim o seguinte cenário: o PT cresceu de fato, com força popular, com paixão ideológica, com emoção militante, até 1989. Em 1988-89, ganhamos as eleições para as prefeituras de São Paulo e Porto Alegre, e fizemos aquela campanha maravilhosa do Lula, que ninguém esquece, todos se emocionam ao lembrar, muito mais do que as de 1994 ou 1998, que, para mim, foram um tanto apáticas.

Foi um período lindo do partido, fico emocionado só de lembrar, apesar de que eu era, naquela época, um pivete que ia aos *showmícios*, às festas do PT,



que subia no caminhão junto com meus pais para fazer campanha – e hoje não vejo mais isso. Após 1989 esse cenário mudou. Por que acho que isso aconteceu? O PT se encantou com a possibilidade de ganhar as eleições e esqueceu de fazer o trabalho de base. Deixamos esse trabalho totalmente de lado, os debates comunitários, debates como estes que estão sendo feitos aqui, enfim, o partido perdeu sua força.

Com isso, na minha opinião, o PT tem se distanciado cada vez mais dos anseios populares de fato, e hoje é substituído no imaginário da população pelo MST. Por que tem se distanciado? Porque os anseios populares são radicais – não no sentido vulgarmente usado pela mídia –, querem mudar a sociedade pela raiz. O PT, hoje, não está passando para a sociedade isso e, nesse ponto, está sendo ultrapassado pelo MST.

Tendo em vista isso e o que Tarso Genro e José Dirceu defenderam, gostaria de pedir a opinião deles a respeito de um impasse: ou o PT continua a assimilar o discurso democrático do neoliberalismo, de que vivemos em uma democracia – mesmo com essa apatia política tão característica do

neoliberalismo –, e continua a ser um partido eleitoreiro, ou, a partir de agora, volta a fazer trabalho de base.

Marco Aurélio Garcia

Gostaria de dizer, em primeiro lugar, que as duas observações que pretendo fazer aqui serão precedidas do meu acordo substancial com o que foi apresentado por Tarso Genro. Portanto, não quero que elas tenham um caráter polêmico além do que substantivamente possam apresentar nesse sentido.

Acredito que, em sua exposição, Tarso Genro abordou os dois grandes dilemas que temos hoje em dia nessa discussão sobre socialismo. Um deles é, sem dúvida nenhuma, a questão do sujeito, e o outro é, se é que posso interpretar assim, a questão do processo – não sei se Tarso Genro estaria de acordo.

Eu me angustiaria um pouco mais com a questão do processo que com a do sujeito. A questão do sujeito, na realidade, se observarmos a história da luta de classes desde o momento em que essa expressão se aplica, veremos que é uma história de desconstrução e de reconstrução dos explorados e oprimidos. Um grande historiador inglês,

Edward Thompson – a quem devemos, sem dúvida nenhuma, uma considerável renovação do marxismo –, escreveu um artigo memorável, que sintomaticamente intitulava-se “Luta de classes sem classes”, no qual chamava a atenção, fundamentalmente, para o fato de que os conflitos de classe não se dão, como muitas vezes parecia, segundo os parâmetros clássicos de uma sociedade capitalista que existia mais do ponto de vista conceitual do que do ponto de vista real. Já houve quem dissesse que “conceito de cão não ladra”, conceito de classe operária não faz revolução; quem faz a revolução, ou qualquer movimento social, seja revolucionário ou não, é a classe operária, não seu conceito. E essa classe operária sofreu desconstruções e reconstruções várias vezes. A classe operária gloriosa da social-democracia é radicalmente diferente da mais gloriosa ainda que fez as Revoluções de 1830 e 1848 na França. É muito diferente. E o fato de que esta classe operária esteja passando a classe trabalhadora – portanto o sujeito do processo político a que chamamos socialismo esteja passando por uma desconstrução e uma reconstrução – sem dúvida nenhuma se

coloca como um desafio para nós. Não acho que seja um desafio novo, mas um desafio recorrente na história do socialismo. E sempre que o socialismo não pensou justamente este tipo de mudança incorreu em graves erros.

Pensando nas condições da periferia do capitalismo, Trotski vai dizer, nas suas famosas idéias sobre programas de transição, que o capitalismo na periferia é incapaz de cumprir a agenda capitalista e, portanto, se lutamos por reformas democráticas em determinados momentos, pela implementação do capitalismo, nós desestabilizamos esse capitalismo, criamos um nível de contradições tão profundas que levam o mundo à beira da revolução. E essas são idéias que fazem parte da história do socialismo. E tanto fazem parte dessa história, estão de tal maneira impregnando o pensamento progressista, por assim dizer, que o presidente Fernando Henrique – eu insisto: não tomem isso como uma polêmica, porque ela não existe – defendeu, na reunião da Terceira Via de Berlim, em maio de 2000, que as duas tarefas fundamentais do governo progressista – como é chamada a Terceira Via – são a inclusão social e a radicalização da

democracia. Qual é o problema, então, que se apresenta? O problema é que há uma questão histórica em que temos que pensar. Há uma espécie de impasse, uma aforia do socialismo sobre a qual temos que pensar, e que se liga um pouco, não vou dizer às respostas que o jovem que me antecedeu aqui solicitou, mas, sem dúvida nenhuma, às suas inquietações.

E, com isso, gostaria de concluir simplesmente saudando a intervenção de Tarso Genro, porque acredito que ela nos empurra naquela direção, mas mostrando a amplitude do desafio intelectual que temos, que é usar os cânones do socialismo muito mais como ferramentas do que como metas a serem atingidas; mais do que chegar a uma determinada proximidade com uma teoria ou com algumas teorias estabelecidas em algum momento. Acho que o grande problema é saber como nos apropriamos dessas ferramentas para pensar nos desafios do socialismo, que é o que estamos tentando fazer aqui, no momento, talvez, em que ele enfrente suas maiores dificuldades.

Sílvio José Pereira

Minha questão é um pouco mais simples. Parece que temos um pequeno problema na relação entre democracia e socialismo, ao longo da nossa história. Hanna Arendt, filósofa alemã radicada nos Estados Unidos, em seu livro *Sobre a revolução*, ao comparar as revoluções americana, francesa e russa, chega à conclusão de que a Revolução Francesa e a Revolução Russa cometeram o erro que a Revolução Americana não cometeu: não constituíram um arcabouço institucional logo após o fim do velho regime. Aquelas duas experiências tiveram que trilhar caminhos em que a necessidade material falou mais alto do que a necessidade ideal.

De certa forma, pode-se dizer o mesmo das revoluções cubana e chinesa, que também não resolveram nosso problema central, que é o do socialismo, o modelo socializante e a democracia.

Atualmente, a experiência de Hugo Chávez, na Venezuela, tenta ir além da democracia representativa, burguesa. A questão é: como criar novas experiências que nos levem além da democracia representativa?

Paulo Vannuchi

Gostaria que o Tarso Genro desenvolvesse dois pontos abordados em sua exposição. O primeiro se liga ao velho debate sobre reforma e revolução e diz respeito aos temas levantados no final de sua intervenção: sistema eleitoral, um determinado tipo de Executivo, controle externo do Judiciário, questões que já estão colocadas na ordem do dia. Pergunto se ao propor esses temas sua intenção é superar, em nossa tradição de esquerda, a idéia de revolução como mito zerador da história, que elimina tudo o que aconteceu antes e refunda a humanidade e o universo? Ou se é uma proposta de discutir o socialismo a partir, estritamente, do que se tem aqui e agora?

O segundo comentário que peço a você é que desenvolva mais a maneira como este ponto anterior se conecta com a primeira grande experiência institucional inovadora que desenvolvemos, que é o Orçamento Participativo, uma experiência com que o PT de Porto Alegre, do Rio Grande do Sul, brindou o país. A experiência concreta do Orçamento Participativo representa um embrião de uma combinação nova entre democracia direta e representativa,

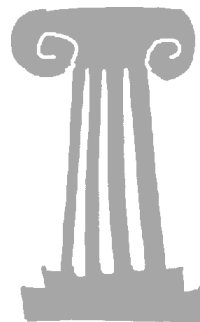
um processo duradouro de radicalização da democracia?

Tarso Genro

Vou expressar algumas opiniões sobre as questões que foram levantadas da tribuna. Em primeiro lugar, limitei-me ao tema que me foi proposto, “as instituições políticas no socialismo”, que tratei como instituições políticas de um projeto de transição para uma democratização radical do Estado, que considero o primeiro momento constituinte de um projeto socialista. Quero assinalar bem isso para delimitar a ousadia de minha exposição.

Se tivesse que agregar mais alguma coisa em relação ao projeto, diria, por exemplo, que é absolutamente impossível desconstituir a dominação do capital – como Edmilson Rodrigues falava –, para pensar além do capital, sem que se pense em uma nova teoria da empresa, e que, necessariamente, deve estar associada a um projeto de democratização radical do Estado.

Isso significaria também, como instituições de economia política de um novo projeto, pensar, por exemplo, de acordo com essa visão de uma nova teoria da empresa, em alguns tipos de



empresa que já estão germinando das próprias contradições da sociedade capitalista, da mesma forma como estas instituições também estão. Não se pode tirar tudo apenas da hipótese ideal, há que se retirar de um movimento econômico-social real os elementos constituintes de um novo projeto. Creio que essa é uma lição válida do velho e bom marxismo de Marx. Por exemplo: numa visão de uma nova teoria da empresa – sem a qual, quero reiterar, não é possível fazê-lo –, pensar um projeto socialista. Proponho, por exemplo, refletir sobre quatro tipos de empresas para um projeto dessa natureza, associado a novas instituições políticas: a empresa pública não-estatal, a empresa estatal sob controle público, a empresa privada de interesse público e a empresa estatal sob controle do Estado, por exemplo, ao lado das empresas privadas. Por que essa nova teoria da empresa é fundamental para pensar a nova ordem? Porque por meio dela é possível constituir uma nova regulação e, portanto, pensar uma sociedade cujo movimento socioeconômico e político tenda para a redução permanente das desigualdades. Vou até aí.

É possível pensar na supressão da lei do valor, na supressão do capital? Já pensei que sim, mas não tenho condições de formular algo sobre isso hoje. Hoje eu estaria inclinado a pensar mais sobre quais são os projetos concretos por meio dos quais se desconstitui o poder absoluto do capital sobre o Estado e sobre a vida pública. E, portanto, isso me levaria a propor determinadas visões de instituições políticas e de organização econômica por meio de uma nova teoria da empresa.

Quero dizer que as experiências do socialismo real contribuíram muito pouco com isso. Tanto é que a teoria da empresa da experiência estável da União Soviética é a mesma da sociedade capitalista. Exatamente a mesma, sem nenhuma diferença, não só na visão produtivista como na extração da mais-valia apropriada pelo Estado e depois distribuída para a burocracia. E sem que se tenha uma nova teoria da empresa – o professor Paul Singer tem pensado bastante sobre isso, nos ajudando muito nessa questão – é impossível pensar uma forma de organização nova, social e econômica e, portanto, uma nova sociedade.

Acho que a questão apresentada pelo companheiro Danilo Cerqueira César é falsa – digo isso sem nenhum paternalismo. Esta visão de um partido idílico, cujos dirigentes voltam-se para as bases, como ele propõe, não é uma visão de partido político moderno, não tem nada a ver com ele. O partido do socialismo, do novo projeto socialista, tem um conjunto de quadros, de militantes intermediários, de homens médios, que se comunicam com todas as estruturas – de poder e de mobilização social –, e não é uma organização voltada exclusivamente para a base da sociedade; é voltada para o Estado, a política, as instituições, a totalidade econômico-social, a totalidade da sociedade. E se relaciona com todas as classes ou por uma relação de neutralidade, ou seja, procurando neutralizar determinadas classes; ou do conflito, mais ou menos agudo; ou da articulação do seu projeto a essas classes, colhendo nelas os ensinamentos – inclusive os que vêm do movimento – para transformá-los em programas e, portanto, universalizá-los.

Este partido monástico que se volta para os movimentos sociais e se extingue enquanto sujeito político univer-

sal não existe. Isso é o movimento social, e assim tem de ser. O MST faz o que tem de fazer, efetivamente. O que o PT tem de fazer é dar suporte ao MST, discutir, inclusive, sua estratégia – se ela é correta ou não – e estabelecer um profundo diálogo com ele, jogar seus militantes na sustentação, na organização e na proliferação de milhares de MSTs, mas o partido não tem que se tornar um MST, mesmo porque este é um movimento de uma parte muito pequena da sociedade e o partido político tende para a universalidade. Ele é a parte que quer constituir o *todo*, baseado num programa que tenha o máximo de versatilidade e de abrangência social contra a minoria que controla o Estado e o capital.

Então, compreendo a ansiedade do companheiro e a considero nobre, mas está baseada numa visão equivocada do que é um partido político moderno socialista, na minha opinião.

O que não quer dizer – agora gostaria de fazer o meu contraponto também – que o PT, hoje, não esteja posto diante da possibilidade de se tornar um partido da ordem ou da transformação, da reforma radical ou da revolução. Esta é a tensão que vai acompanhar

sempre os partidos legais. Quando o socialismo se legaliza na ordem democrática, essa tensão é permanente. Trata-se de verificar qual a tensão que se tornará hegemônica dentro do partido. Essa é uma questão nossa. Nós, os dirigentes partidários, precisamos tê-la presente sempre, isso faz parte da “legalização do socialismo”, ou seja, é a força atrativa, a força centrípeta que tem a ordem sobre os partidos da desordem, ou da outra ordem. Esta compreensão deve dirigir e estar sempre presente – como está em nossos debates internos –, na minha opinião.

E aí entram as questões expostas por Paulo Vannuchi, que são a da reforma e a da revolução. Nós, a esquerda em geral, na verdade sempre tratamos essas questões encobrando uma outra discussão ou substituindo-a. Mas a questão real é: estamos tratando da luta armada ou das reformas? Essa é a verdade. A visão, vamos dizer assim, o epíteto ou a acusação de reformista, na verdade, é uma acusação de pacifismo e de transformação dentro da ordem. É isto o que está associado ao reformismo. E, na postura revolucionária, teria como contraponto a questão da luta armada, ou seja, a destruição do

Estado. Era isso que estava na base das duas vertentes do comunismo histórico, como diz Norberto Bobbio: os partidos comunistas da forma como eles existiram e o reformismo social-democrata.

Na verdade, observou-se na América Latina um processo revolucionário fundado na luta armada. E tanto pode se tornar uma revolução adequada ao conceito de comunismo histórico – como é o caso de Cuba – como uma transformação democrática timidamente reformadora – como na Nicarágua. Essas duas possibilidades estão na base da experiência da luta armada ou da visão que remete à destruição do Estado.

Acho que a questão fundamental que Paulo Vannuchi coloca é: como se deduz do projeto os meios para realizá-lo? É possível uma democratização radical do Estado brasileiro sem rupturas? Minha avaliação é que não. Acho que a ruptura está concretamente colocada para a democratização radical do Estado brasileiro e para um processo de transformação econômica em direção a uma economia política que tenda crescentemente para a igualdade. Se essa ruptura se dará por

meio de amplos movimentos sociais e políticos que levem a sucessivos processos plebiscitários, ou duas ou três Constituintes dentro de um determinado período histórico, ou se haverá enfrentamentos ou não, não tenho a menor idéia, sinceramente. Tanto pode ocorrer como não. Isso vai ser determinado pela própria capacidade de hegemonização que nosso projeto terá e pela forma como as classes dominantes vão se comportar nesse processo.

Acho, por exemplo, que a defesa direta, armada, dos princípios que estão escritos na Constituição brasileira é uma possibilidade muito concreta em um país como o nosso.

Agora, o fundamento de toda a questão é se esse projeto, como projeto socialista, preserva a questão democrática como central ou não. É isso o que está proposto, na verdade. A preliminar, em última análise, que vai orientar os movimentos é se a democracia preside ou não o processo. E aqui falo, evidentemente, sem limitar o conceito de democracia à visão democrática formal que está na base da concepção de democracia como forma de dominação do capital, da sociedade capitalista.

Em relação ao Orçamento Participativo, na minha opinião, é uma experiência nuclear, uma pequena experiência de controle externo do Estado e de emergência de um direito público fora dele. Vou dar dois exemplos concretos: os conselhos populares que dão base ao Orçamento Participativo, em Porto Alegre, organizam-se fora do Estado, como sociedades civis ideais, não regulamentadas, não inscritas em cartório; e – segundo exemplo – o regulamento, a norma jurídica que orienta o funcionamento dos conselhos e a definição das prioridades é uma norma de direito público produzida fora do Estado. Ela é votada pelos 16 conselhos populares e vale para eles como regulamento. Portanto, é uma esfera pública fora do Estado, constitui o seu próprio direito, que não se confronta com a Constituição e afirma alguns aspectos democráticos, inclusive, do processo constitucional.

Quais são os valores que transitam por dentro desses conselhos e quais os que são colocados em conflito na política que se dá nessa esfera fora do Estado? Os mesmos valores da política tradicional. A tentativa de mando, a ambição, a busca de carreiras políti-

cas, de influência, de uso para benefícios pessoais. Ou alguém tem ilusão de que existe um bom ser, trabalhador, que está fora da sociedade e das leis mercantis dessa relação? Só que há uma diferença radical: a cena pública democrática desconstitui de maneira permanente esses valores e faz um processo de educação e criação de uma nova cultura política de forma permanente. Tanto que o regulamento permite a reeleição dos representantes que vão produzir o Orçamento, mas proíbe uma terceira eleição. Ele desenvolve os mecanismos na cena pública democrática que faz com que esses valores sejam permanentemente sufocados, transformados em “resíduo” nas relações. Mas há o assédio permanente – vamos dizer assim – dos contravalores hegemônicos na sociedade capitalista.

Em que estamos pensando para o quarto mandato petista na prefeitura de Porto Alegre? Em interpor mais amplamente um tipo de elemento, que são as plenárias temáticas, para desconstituir o que nós chamamos de corporativismo geográfico. Plenária temática é a cena pública aberta para temas, por exemplo, a educação. Nesse caso, a discussão não é por região,

qualquer cidadão pode participar. Há, então, o confronto do universal, no conselho temático, com o particular, que é a ambição e a necessidade de cada região da cidade. Esse é um elemento que nós interpusemos – ainda durante o meu primeiro mandato como prefeito (1993-1996) iniciamos as plenárias temáticas – e criou uma nova dinâmica.

Agora, para o quarto governo, queremos interpor outros elementos: a consulta, o plebiscito e o referendo, via consulta informatizada ou por voto direto – que temos que discutir ainda –, para jogar para a cena pública universal as decisões dos conselhos, as prioridades que ele determinar, dando um determinado valor, um grau, pontos de importância para essa consulta do voto individual, porque ela é menos aberta à cena pública.

A experiência do Orçamento Participativo vem da tradição da Comuna, ou seja, a estrutura do Orçamento Participativo é praticamente uma instituição de direito público que, em última instância, “subordina” o próprio Poder Executivo. No começo da nossa experiência – tive a felicidade de acompanhá-la desde o início, na ges-

tão de Olívio Dutra na prefeitura, quando eu era vice-prefeito e secretário de Governo –, entendíamos que os Conselhos Populares, os delegados do Orçamento Participativo e os representantes, que formavam o núcleo menor, substituíam a Câmara de Vereadores. Depois aprendemos que isso era algo completamente equivocado, porque, na verdade, se tratava de uma esfera de poder fora do Estado. Eu tinha, por um lado, que negociar, e, por outro, que criar uma hegemonia político-social capaz de fazer com que a Câmara apreendesse para si as decisões do Orçamento Participativo, que estavam inscritas na peça orçamentária e que ela devia – e deve, por dever constitucional – votar todos os anos.

O processo do Orçamento Participativo é uma experiência nova, que está em gestação. A partir dessa experiência real, tenho procurado teorizá-la, formulá-la como uma esfera pública não-estatal de poder autônomo da sociedade perante o Estado, cuja ligação se dá pela política e pelos princípios constitucionais que estão inscritos, inclusive, na Constituição de 1988.

Edmilson Rodrigues

Há uma questão proposta por José Dirceu que, a meu ver, é central: a propriedade privada dos meios de produção. Penso que aí está um elemento importante para um debate que aqui se coloca, que se expressa, em grande medida, no jargão reforma ou revolução. A revolução foi qualificada por Tarso Genro de uma forma que eu não concordo. Não necessariamente “revolução” é sinônimo de luta armada e violência; como não necessariamente “reformismo” é sinônimo de pacifismo. Posso dizer o seguinte: o reformismo é, aparentemente, pacifismo, mas é também essencialmente violento na medida em que reforça a estrutura vigente que se sustenta na violência e aprofunda a barbárie. Digo isso apenas para fazer um contraponto.

Se, realmente, estamos debatendo um projeto de sociedade socialista, devemos qualificar nossa concepção de socialismo. O que buscamos é um tipo de social-democracia com matizes brasileiros ou algo que necessariamente pressupõe uma ruptura com o capitalismo, um tipo novo de formação social? Acho que há de se enfrentar esse debate. Pessoalmente, acredito que não



temos como fugir dele, não há uma inexorabilidade para a tomada do poder. *A teoria dos elos débeis do modo de produção capitalista* foi desenvolvida numa situação histórica concreta. A Revolução de 1917 na Rússia certamente não era o que, do ponto de vista da teoria marxiana, estava pensado como possibilidade primeira, mas foi lá que aconteceu. E os que dirigem processos sociais e políticos, como os dirigentes da Revolução Russa, não poderiam dizer simplesmente: não somos nenhuma Inglaterra, logo cruzemos os braços e deixemos ficar como está. Era necessário agir, mesmo com todas as contradições que advinham da tentativa de construir o socialismo a partir de uma formação social que, pode-se dizer, apenas em 1905 conseguira romper com o modo de produção feudal e, por isso, iniciava sua transformação para a forma capitalista de sociedade.

Acredito que devemos pensar a possibilidade de ruptura com a sociedade atual. Mas não temos o direito de achar que seja possível definir data para “tomarmos de assalto” o Palácio do Planalto.

Uma questão importante é a que o Danilo Cerqueira César apresentou, de forma tão espontânea, uma preocupa-

ção que deve ser considerada, pensando-se na radicalização da democracia. O PT também representa apenas uma parcela da sociedade; é formalmente constituído, mas é também um projeto ainda em construção. O MST é, formalmente, um movimento social, e não um partido, pelo menos do ponto de vista formal, mas na concepção de Gramsci pode ser caracterizado como um partido, haja vista ter uma estrutura orgânica bem definida, disciplina, hierarquia, um tipo peculiar de democracia interna etc. Em síntese: formalmente o PT é um partido e o MST não. Mas quantos militantes do PT guiam-se, nos embates sociais, nas lutas concretas, pelas decisões do MST, já que muitas vezes o PT não exerce papel dirigente?! É importante refletir sobre isso, porque não é por ser o PT um partido que terá sempre autoridade para falar que outros movimentos sejam “apenas” movimentos sociais.

Por fim, uma questão que gostaria de apontar: o Orçamento Participativo e outras experiências de participação, como processo de radicalização democrática, configuram-se enquanto processos de construção de poder popular ou não?

Sabe-se que nunca participa a totalidade do povo; sempre a representação direta terá qualidade diferente da representação parlamentar, da democracia representativa, mas será, em algum grau, uma representação legítima da sociedade.

Em Belém, reunimos em 2000 aproximadamente 100 mil pessoas nas assembleias populares, mas temos 1,3 milhão de habitantes e 800 mil eleitores. Os 100 mil cidadãos têm legitimidade para dizer: “Representamos mais do que os 33 vereadores”? A democratização radical é um processo cuja construção tem uma clara orientação político-ideológica, e acho que essa é uma questão que tem de ser problematizada, porque o Orçamento Participativo e outras formas democráticas adotadas pelos governos do PT podem se transformar em meros instrumentos de administração da crise.

Em Belém, ou Porto Alegre, ou Curitiba, implanta-se o Orçamento Participativo, mas na verdade a dívida social que o Estado tem de pagar para a sociedade é impagável no período de quatro anos no qual a população é chamada para decidir sobre o resgate de parte dessa dívida, e às vezes a dívida

cresce ainda mais. Por exemplo, Belém é uma cidade amazônica com problemas estruturais bem superiores a outras cidades deste país capitalista, por conta das desigualdades inter-regionais. Em uma conjuntura como esta, basta uma manobra do governador do estado para criar entraves – como tem feito o governador do Pará, Almir Gabriel, que retirou 100 milhões de reais da prefeitura, reduzindo de 39% para 24% a cota do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços). Isso significa simplesmente cinco anos de arrecadação de IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano). Ora, por mais que o crescimento da participação popular represente um grande avanço, a verdade é que o muito que se possa fazer é pouco para a dimensão da dívida social. Você chama as pessoas e diz: “Temos tanto para gastar”. Em nosso caso, ousamos, com todas as dificuldades e limitações que o processo novo oferece, discutir 100% do Orçamento.

Mas o povo vem e discute o “para trás”, a dívida social. Então surge a necessidade de discutir o “para frente”. Nos debates temáticos é fundamental que fique claro que o que se discute

não é o projeto da sua rua, é um projeto para a cidade, estruturante do desenvolvimento urbano. Mas, ainda assim, tudo isto pode estar sendo pensado sem que necessariamente influencie qualquer possibilidade de ruptura com a sociedade atual.

É um processo autônomo, mas orientado e incentivado pelo próprio Estado – porque não deixa de haver influência do governo na realização do Orçamento Participativo. Um governo de direita, em geral, quando tenta fazê-lo, o faz de forma burocratizada. O desafio é fazer com que essa experiência se expresse concretamente na construção de novos valores culturais negadores dos valores hegemônicos.

Pedirei licença para citar um exemplo de confronto político-ideológico. A companheira Clara Charf, viúva de Carlos Marighella, esteve em Belém, onde fizemos uma exposição sobre ele. Iniciamos a construção de um viaduto na principal avenida de Belém e decidimos denominá-lo Carlos Marighella. A oposição está feroz. Não adianta dizer que Marighella não conseguiu concluir engenharia porque a repressão não permitiu; não adianta falar que ele era pai e marido amoroso; não adianta

dizer que ele era poeta, explicar que sua vida foi dedicada à construção de um mundo justo, solidário, feliz, sem crianças famintas, sem violência de homem contra mulher, sem racismo, sem preconceito de qualquer tipo. Esse era o seu sonho, era sua utopia! Não há um dia em que não tenha uma nota na imprensa para criticar o fato de estarmos homenageando um comunista que, além disso, nem paraense é. Mas um governo não é só para se eleger e reeleger a qualquer custo. Ou se enfrentam determinados debates e qualquer espaço de participação deve ser campo para debates, digamos assim, da construção do poder popular, ou, a meu ver, vamos ficar limitados em nossa atuação e correr o risco de ser bons na administração da crise de um sistema que não é aquele com o qual sonhamos.

José Dirceu

Acredito que essa última fala do Edmilson Rodrigues retrata bem as contradições e as polêmicas com que o PT se debate. Já governamos muitas cidades em que obtivemos grandes avanços do ponto de vista administrativo, ético, de obras sociais, de distri-

buição de renda, e perdemos a eleição. Porque existem elementos políticos formadores da construção do partido, da relação do partido com a sociedade local, do desenvolvimento de instituições políticas, de culturas políticas no conjunto da comunidade, que nem sempre são desenvolvidos. Esse é um problema que temos que procurar equacionar.

Porto Alegre é uma cidade onde construímos uma hegemonia – talvez seja um caso clássico de combinação de hegemonia com bloco social, lideranças políticas, organização de partido, além da especificidade cultural do Rio Grande do Sul e de Porto Alegre. Mas a realidade brasileira é muito mais contraditória do que a de Porto Alegre.

O PT tem ganho muitas eleições em cidades relativamente ricas, em cidades médias, como Blumenau (SC) ou Ribeirão Preto (SP), para citar apenas duas. Das dez cidades de melhor qualidade de vida do Brasil, o PT só não governou Curitiba. Então, o PT também representa, de certa maneira, um setor moderno da sociedade. Por isso considero importante esta questão que o Edmilson Rodrigues levantou. É um debate recorrente entre nós. E o modo

petista de governar, na quinta geração de prefeitos, tem que fazer essa avaliação e incorporar essas questões.

Se fosse para qualificar a revolução que queremos, eu diria que precisamos fazer uma revolução democrática – já que se falou aqui em reformismo revolucionário, em reforma e revolução. E a realidade já está se impondo. A revolução, assim como as mudanças sociais, se expressa de forma recorrente pelas insurreições e rebeliões populares. Não vamos fechar os olhos para o que está acontecendo na América do Sul. Será que há, nesse momento, poder exercido de forma mais violenta do que aquele que os Estados Unidos exercem sobre o mundo? Não há. Não há caso semelhante na história. E as guerras do Iraque, da Sérvia, da Iugoslávia mostraram isso. Mostraram o tipo de cooptação, de coerção, de domínio que eles estão exercendo sobre os países da América do Sul, a domesticação e adaptação das Forças Armadas de vários países ao controle estratégico dos seus estados-maiores pelos Estados Unidos. E as leis, que são depois aprovadas e permitem esse controle, mostram que esse processo vai além da dominação econômica da América Latina.

O presidente Fernando Henrique Cardoso disse em entrevista recente que os americanos têm um contencioso com o Brasil porque não queremos ceder a eles o controle estratégico das operações das Forças Armadas brasileiras. No fundo, é disso que se trata quando se fala em lei de abate de aviões no espaço aéreo brasileiro. Os aviões penetram ilegalmente no nosso espaço aéreo e não temos autorização para derrubá-los.

Vocês sabem que os cubanos pagaram caro, caríssimo, por tomar uma decisão de Estado, de governo, de derrubar um avião mesmo depois de ele ter sido avisado várias vezes que estava no espaço aéreo cubano, que o havia invadido de maneira ilegal, o que violava as leis internacionais, e que bastava uma ordem do comando de terra para que a aeronave fosse abatida. Foi passada a informação que se exigia que ela voltasse para o espaço aéreo internacional, para o espaço aéreo norte-americano, e o avião foi abatido.

Então, quando se fala em revolução, no sentido da insurreição, da revolta popular – e houve recentemente uma revolta popular no Equador que tomou

o governo –, revela-se o problema que traz o MST à tona e ao centro da discussão: tomar o poder não quer dizer nada. Os sandinistas tomaram o poder e o perderam mais tarde, em uma eleição. Apesar de enfrentarem uma guerra de agressão, um cerco dos Estados Unidos e sem ter a solidariedade que Cuba tinha tido, além do que nem estávamos nos anos 60, eles perderam o poder em uma eleição.

A insurreição em Quito, numa avaliação preliminar e a distância, não tinha partido político, coesão de entidades, força política e social para tornar-se governo. A radicalidade na forma de luta pode não significar muito em determinadas situações históricas.

Então, existe um problema que vai além do MST ou de qualquer movimento social brasileiro ser radical e pregar a insurreição popular. Existe a questão política de constituir uma força política, um bloco social, um programa de governo, de solidariedade, de coesão e de consenso em certos setores sociais para exercer o governo depois. O risco que estamos correndo no Brasil é o de não ter esta capacidade. Nesse ponto, a responsabilidade do MST é grande, porque o problema do PT, do

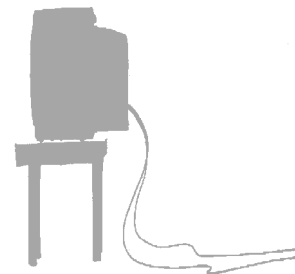
PCdoB, da CUT e da CONTAG com o MST é em relação a agir de forma comum. E quando se fala em tomar o poder quero sempre lembrar o seguinte: é para tomar o poder no Brasil com relação aos Estados Unidos e ao mundo, e não apenas do ponto de vista interno, nacional. Acabem com essa ilusão! Não existe isso neste mundo! Não existe a tomada do governo na Venezuela por Chávez; ele vai ter que se entender com os Estados Unidos. Então, a situação do mundo, hoje, é muito mais complexa. E não tem mais a União Soviética, não tem o campo socialista que, com tudo que tinha de irreal, oferecia a retaguarda militar, econômica, diplomática e de relações comerciais.

Tarso Genro, a meu ver, colocou bem a questão do MST, e a temos discutido abertamente com os companheiros sem-terra e com os companheiros da esquerda aqui no Brasil. É preciso haver compreensão e capacidade de articulação em comum, mas sem esquecer que o PT não é o MST, que a CONTAG não é o MST. O MST não representa todo o campesinato brasileiro, mas uma parcela pequena do campesinato sem-terra e uma parcela muito pequena do povo brasileiro. E tem organizada uma

parcela menor ainda. A radicalidade da forma de luta e a estrutura hierárquica e disciplinada do MST não são aceitas por todos, senão vamos voltar a 1968. O movimento estudantil também achava, naquela época, que tinha força política, em associação com alguns setores da classe operária avançada de Contagem (MG) e de Osasco (SP) e com grupos nacionalistas e militares, para enfrentar a ditadura militar. Fazia uma avaliação de que ela estava se desagregando e que o Brasil ia entrar numa profunda crise econômica. Não aconteceu nada disso. O Brasil cresceu, ainda que por meio do “milagre econômico”, que deu coesão à ditadura.

Então, é isso o que temos discutido com o MST, de maneira tranqüila. Nosso problema não é ocupar terras, prédios, não é radicalizar a luta pela terra. Aliás, o MST cresceu com o apoio total e solidário de todo PT nesses dez anos e muitos dos integrantes do MST se identificam como petistas. O problema é qual a tática de luta agora e quais os objetivos que estamos buscando a médio prazo.

Não tenho tido peias de dizer que, às vezes, sou um pouco rigoroso ao analisar o caso do MST. Muitos companhei-



ros me criticam por isso. Já fui criticado até em uma reunião de prefeitos. Mas é preciso começar a discutir.

O PT é um partido tensionado e oscila muito entre a cooptação pela ordem, ser um partido transformador ou ser um partido da desordem. E temos que combinar isso. Não acredito que disputar uma eleição como faz o PT, governar como governa, seja qualquer tipo de desvio.

Estamos pensando em constituir uma democracia, instituições, programas, políticas públicas, uma educação e uma civilização política no país. Não imagino outro caminho. O outro caminho não deu certo nos países onde foi experimentado.

É certo que o PT tem sérios problemas na organização, na formação, na mobilização do conjunto da base partidária. O partido, nesses anos, se transformou numa instituição política, tem um peso grande no Parlamento, governa, tem apoio social e popular. O PT é o maior partido do Brasil e da América Latina, mas tem um problema grave de organização da militância, de formação, que nós, inclusive, estamos começando a debater, a discutir, além de tomar sobre ele uma série de medi-

das. Mas não voltaremos a ser o PT de 1989, porque não existe o Brasil de 1989, nem a ascensão social do Brasil de 1989, ou as condições para o próprio PT repetir aquilo. Ou seja, existe um problema em relação à diminuição da base militante do PT, que é um problema real.

O PT corre o risco de se tornar um partido “sem pés”, vamos dizer assim. E essa é uma preocupação que temos. Agora, não se substitui isso pela ação do MST, e é isso o que eu quero dizer. Até porque a característica do PT é outra. O PT, quando se relaciona com a sociedade, se relaciona com o conjunto. Um vereador do PT é tão importante quanto um conjunto de filiados e militantes. O PT tem 45 mil dirigentes. Isso é uma força política extraordinária. Não estou falando de militantes filiados, mas de dirigentes. O PT pode ter 4 mil vereadores a partir das eleições de 2000. Isso é uma força, se for direcionada no sentido que estamos discutindo. Evidentemente que, se esta força for direcionada para interesses pessoais, mandatos parlamentares individuais, esquemas políticos, para a política do dia-a-dia do Brasil, ela acaba.

Paul Singer

Pedi a palavra porque queria discutir um pouco uma proposta de Tarso Genro que me parece importante, a respeito de um Parlamento com delegados – ele usou a palavra delegados e não Parlamento de deputados, com mandatos revogáveis –, e acho que há implicações nessa proposta que deveríamos explicitar e tentar aprofundar um pouco, considerando o que significa isso a partir de agora.

Na realidade, se entendi direito suas palavras, isso significa que se deve ter um colégio eleitoral identificado, e a pessoa, que é o delegado, não propriamente um deputado ou um senador, deve ter um mandato imperativo, ou seja, nas votações fundamentais ele tem que consultar os que o elegeram, e tem que haver formas de ele poder consultá-los. Na realidade, essa proposta caminha, eu diria, em direção à democracia direta, da qual sou, há muito tempo, entusiasta.

Gostaria de dizer que a internet permite isso. Hoje esse sistema de consulta é menos utópico do que pode parecer. Creio que a prática da internet está nos fazendo criar colégios de opinião, formas de manifes-

tação e de interação com os quais não sonhávamos.

Não sei se vocês concordam, se vão poder falar sobre isso, mas estou convencido de que deveríamos pensar a nova economia, particularmente a internet, como um grande projeto de institucionalizar formas diretas de democracia. Ou seja, deveríamos lutar para que cada brasileiro tivesse acesso à internet, não só material mas também técnico, que soubesse e estivesse habituado a usá-la.

Gostaria de dizer só mais uma coisa e ouvir depois a opinião de vocês. Acho que a grande dificuldade de caminhar para a democracia direta significativa, não para algo meramente simbólico, não é só o problema da comunicação, mas também o do desejo de participar. Creio que essa deveria ser uma discussão, e ela se liga completamente à discussão do definhamento das bases do PT. Não é algo que a direção do PT possa resolver, mas o problema do maior ou menor entusiasmo com que a base se mobiliza ou não, de conseguirmos criar formas de democracia direta, cada vez maiores, dentro do PT. Não significa apenas eleger diretamente o presidente do parti-

do, mas, muito mais do que isso, criar colégios de participação direta nos mandatos do PT, dos prefeitos, dos vereadores.

Acho que a proposta de Tarso Genro, levada a sério como uma proposta de ação imediata, e não algo que vai ser inscrito para um futuro longínquo, pode gerar muita coisa interessante para ser feita a partir de agora.

Jorge Almeida

Marco Aurélio Garcia disse que existem duas questões de fundo em discussão em torno da questão das instituições no socialismo: a do sujeito e a do processo. Eu diria que, talvez, pudéssemos ver quatro questões que são importantes. A primeira é o objetivo, ou seja, que tipo de instituição queremos construir no socialismo? A segunda são as condições para se fazer isso (materiais, políticas, culturais etc.); depois viriam a questão do sujeito, como uma das condições especiais; e a questão do processo.

Em relação à questão do objetivo, queria chamar a atenção para o seguinte: considero que, na realidade, todo esse processo que temos visto, chamado de democracia direta, por meio de

conselhos, delegados etc., na prática nunca foi democracia direta – nem nos soviéticos. Sempre foi constituído um processo democrático direto com escolha de delegados, mais ou menos estáveis, mas ele sempre se transforma numa forma de democracia representativa – conselhistas, porém representativa. E democracia direta, efetivamente, numa sociedade complexa como a nossa, só existe de uma forma, que é o plebiscito. Qualquer outra forma vai ter um intermediário.

Vejo que a democracia representativa, com parlamentares, é fundamental porque é a mais estável para decidir uma série de questões; a conselhistas, como se pratica, é importante; e a democracia direta tem que ser exercida via plebiscito e por intermédio do avanço dos meios de comunicação; com a internet, como citou Paul Singer, teremos condições de fazer plebiscitos com regularidade.

Então, acho que, do ponto de vista tecnológico, pela primeira vez nossa sociedade tem condições de colocar em prática uma democracia efetivamente direta, plebiscitária.

Em relação ao segundo aspecto, embora estes avanços tecnológicos se-

jam um dos meios utilizados, ainda há o problema das condições materiais, e enveredo para a discussão do problema da propriedade privada dos meios de produção.

Não sei como se pode imaginar uma democracia, um socialismo, em que os grandes meios de produção não estejam de alguma forma socializados. É difícil acreditar na hipótese de existir uma hegemonia sem que quem tenha a hegemonia na sociedade não a tenha sobre o centro, os pilares da produção econômica. Então, independentemente dos quatro tipos de propriedade que Tarso Genro apresentou, o problema é saber o seguinte: o miolo, o centro, o setor hegemônico da economia vai estar nas mãos de quem? Isto, para mim, é o que importa discutir.

Aí eu colocaria o problema do sujeito: não são os que vivem do capital que vão realizar as mudanças, são os que vivem do trabalho.

Agora, quanto à nossa história, das esquerdas, acho que estamos muito preocupados com o fracasso que tivemos – e concordo com uma série de críticas que foram feitas. Temos que ver é o seguinte: houve revoluções que foram derrotadas por con-

tra-revoluções, vitórias eleitorais (socialistas, democráticas, populares, nacionais, outras de diversos tipos) derrotadas militarmente e até revoluções derrotadas por eleições, como foi citado aqui anteriormente. Mas não conheço nenhum caso de processo vitorioso somente pela via eleitoral. Esse não existe na história, não houve nenhum. Todas as experiências de esquerda que tentaram ir adiante e construir essas instituições do socialismo foram derrotadas militarmente, quando não eleitoralmente. Nenhuma saiu vitoriosa por outra via.

Sem ruptura, também não conheço nenhum caso. Então, o que quero dizer é o seguinte: com rupturas houve derrotas, agora, sem rupturas não houve nenhuma possibilidade. Nem tentativa de construção, com exceção de uns dois ou três anos, como houve no Chile, e não passou disso. As outras podem ter envelhecido, algumas foram derrotadas até pela senilidade, como a Rússia, por exemplo. Esta é, portanto, uma questão que devemos enfrentar.

Por isso gostaria que aqui, no debate, nossos companheiros falassem um pouco sobre esse aspecto do processo, e das condições materiais, no que diz

respeito ao grande capital e ao núcleo central da economia. Obrigado.

Ricardo Musse

Gostaria de retomar uma dica da fala de Marco Aurélio Garcia, que não foi desenvolvida inteiramente. Ele dizia a Tarso Genro que essas questões que discutimos não são novas na história do socialismo, e eu queria apenas complementar um pouco, situando isso historicamente – desculpem-me aqui o viés acadêmico.

O que me deixa um tanto quanto entusiasmado é notar que o PT superou a discussão predominante na esquerda nos anos 60, que se pautava na dicotomia luta armada ou movimento democrático. É claro que há uma uniformidade total em favor da democracia, e essa uniformidade tende a suplantiar um pouco a dicotomia teórica que se dava na época entre a social-democracia européia e o modelo de socialismo russo.

Nós, de certa forma, recuamos, e, ao fazê-lo, progredimos em face do debate alemão. As posições russas – não só pelo fato da derrota causada pela desagregação do sistema soviético – ficaram inteiramente em segundo pla-

no, e retomamos muito o debate alemão pré-Primeira Guerra. Então, posso identificar aqui, como Marco Aurélio já adiantou, a defesa de posições de Berstein. Podemos identificar também, nesse sentido, que o MST talvez seja o representante mais legítimo dessa retomada, com uma certa tendência a conceder também um peso maior à atividade extraparlamentar, que seria a posição de Rosa Luxemburgo. No debate, senti falta, como estudioso do período, de Kautski, e achei que há um certo desequilíbrio porque quem representa aqui a posição de Kautski é um militante, e não um dirigente do partido. Ora, a força da social-democracia alemã e a riqueza intelectual do período residem, em grande parte, na estratégia de Kautski de organização do partido.

Quer dizer, Berstein, por um lado, defendia uma posição de radicalização da democracia; Rosa Luxemburgo, em um outro extremo, defendia que a ação extraparlamentar era a forma de radicalizar – à maneira dela – a forma socialista de democracia, só podendo tomar essa posição porque o socialismo, lá, aparecia como algo forte no horizonte, porque o partido estava or-

ganizado segundo os moldes pensados por Kautski.

Então, acho que ainda falta um pouco no PT o pressuposto dessas tomadas de posição. Estamos aqui discutindo muito o que fazer com o socialismo, mas nós – e isso senti um pouco no discurso de Tarso Genro – ainda não estamos preenchendo esse miolo, temos aqui uma certa unidade, uma certa concepção do que fazer e de como fazer essa transição socialista, mas todo o debate girou em torno de como chegar lá. E esse “como”, essa estratégia, creio, deixou um pouco em segundo plano esse modelo de Kautski.

Para exemplificar isso, queria tomar o seguinte fato: quando se fala em construir uma sociedade democrática, pensamos – como Tarso Genro deixou bem claro – em uma sociedade em que haja uma força para impor esse tipo de modelo social. Essa força não pode ser mais a classe operária, segundo Tarso Genro, porque ela está, digamos assim, organizada em outros patamares. Eu poderia dizer, fazendo uma metáfora, o seguinte: até então, e essa era a facilidade da luta política até aquele momento, a burguesia organizava a classe operária, não precisávamos nos es-

forçar para organizá-la porque quando a burguesia construía as fábricas gigantescas, nas quais o Lula trabalhou, ela estava indiretamente organizando a classe operária. Esse era o otimismo de Marx quando escreveu *O manifesto comunista*. Mas nossa questão hoje é: como organizar a classe operária? Uma coisa ficou bem clara no que Tarso Genro disse: essa organização não se dá mais somente em padrões econômicos, ou seja, se você tem um regime que privilegia a economia, seja ou não a organização da classe, como no neoliberalismo, você não caminha no rumo da sociedade democrática. Agora, a chave é que a própria organização de classe, hoje, como sempre, é uma tarefa política. A classe só é classe quando organizada politicamente.

Clara Charf

Eu estou impaciente como o Danilo Cerqueira César, viu? Só que ele está impaciente porque é muito moço, e eu porque já estou na outra geração. Considero que o PT está diante de uma situação muito complexa, já dissemos isso em outros debates. Porque temos muitas dificuldades para levar essa

discussão, da maneira brilhante como Tarso Genro propôs aqui, para a população. Como só entendo de transformações revolucionárias – não digo reformistas porque quero que sejam revolucionárias, o que não quer dizer só pegar em armas, gostaria de deixar isso claro –, considero que este é um processo a muito, muito longo prazo, para desconstruir o que está e construir do jeito como foi proposto. É maravilhoso esse modelo. Agora, para chegar a isso, não é brincadeira.

Vamos começar pelas prefeituras do PT. O povo diz: “É ótima a administração do PT, ela faz Bolsa-Escola, Banco do Povo etc. Mas então está parecido com o PFL, porque ele também está dizendo que faz tudo isso”. Onde está a nossa diferença? Se não introduzirmos nas nossas administrações um outro conteúdo, as diferenças se perdem. Como vamos organizar o povo? Como vamos chamar o povo para vir conosco?

Estive em Belém e vi os problemas que Edmilson Rodrigues está enfrentando lá. E ele não está fazendo nenhuma pregação bolchevique, cubana, sandinista, nada disso. Ele está proporcionando balé para crianças, colocan-

do o povo para trabalhar... é maravilhoso o trabalho que ele está fazendo lá. Fez a exposição sobre Marighella e ninguém disse nada contra, até índios foram visitar a exposição. E depois, só no momento em que ele pôs o nome do Marighella no viaduto, as burguesias, as elites, acharam que aquilo era um atentado à democracia, porque Marighella era um revolucionário, queria tomar o poder etc.

Então, pergunto: como trabalhar? Por exemplo, nós fazemos uma escola; qual é a diferença entre a escola na prefeitura do PT e a escola que é feita por outros? Onde está a diferença? É porque tem merenda? É só por isso? É porque é limpa? Qual é o conteúdo dessa escola? As mães e os pais acreditam que podemos ensinar melhor do que a burguesia nas escolas particulares? Fazemos um posto de saúde. O nosso é melhor?

Então, gostaria de dizer o seguinte: hoje estamos diante de uma situação real, queremos transformar essa sociedade, ninguém vai entregar isso na brincadeira, não é? Poder financeiro, meios de comunicação, tudo isso está nas mãos *deles*. Nós temos que ganhar o coração e a cabeça do povo.

Mas, para ganhar, temos que mostrar que somos diferentes, e não é só no discurso, mas no comportamento, na maneira de construir as coisas, para que o povo tenha entusiasmo de vir junto, porque ninguém muda a sociedade sem o povo participar, não é verdade? Só nos processos de ruptura, como, por exemplo, a Revolução Cubana, a Rússia etc., que no começo o povo todo não entende, mas acaba aderindo porque esse tipo de processo garante conqui-

tas imediatas, começa a resolver os problemas até de sobrevivência, de escola, de casa. Depois vêm os outros problemas: manter a democracia, a pluralidade etc.

Então, o que me preocupa nessa exposição de Tarso Genro, que achei excelente, é como transformaríamos essa proposta em um trabalho de divulgação do nosso projeto de construção de uma nova sociedade, feito por esse caminho que ele propôs.

Comentários finais

Tarso Genro

Acho que, se pudesse definir um modelo de transformação para o país, eu diria que o nosso modelo teria como centralidade a disputa pela hegemonia e, nessa disputa, há grandes transformações culturais, políticas, institucionais, que permitem uma outra relação entre as classes sociais que substitua o bloco de classe dominante por um outro bloco de classe dominante. Não exclui a existência de blocos de classes. Na minha opinião, aquela formulação de Gramsci de que a classe operária deve ser hegemônica em termos culturais, inclusive antes da tomada do poder, é um achado brilhante que remete a uma sociedade que tem esse grau de complexidade e de fragmentação como a nossa. Então, acho que a categoria teórica da hegemonia é central para abordarmos a luta de classes no país e um projeto de transformação revolucionária e democrática da sociedade.

Como interponho os governos? Quero me referir, particularmente, à questão que Clara Charf levantou da tribuna. Acho que nossos governos estão destinados a ser sujeitos políticos de construção dessa hegemonia. Acredito que essa é a finalidade dos nossos governos. Então, quando damos a Bolsa-Escola, isso tem que estar inserido numa determinada visão de sociedade, de cidadania, de como foi produzida essa política pública e como ela não só “cola” na vida material das pessoas e as ergue a uma condição de vida minimamente digna, em



padrões culturais, sociais, mas também como este movimento particular se integra num projeto geral de disputa pela hegemonia em uma sociedade e em uma cidade determinadas.

Belém é diferente de Porto Alegre. Vou dar um exemplo concreto. Em Porto Alegre, temos uma classe média que não tem preconceito contra a esquerda. Quero lembrar que 70%, 80% da classe média de Porto Alegre é conquistável; politicamente, com projetos da esquerda, já elegeu três prefeitos do PT¹, três pessoas vistas na sociedade como representantes de posições diferentes. Nossa liderança histórica do Rio Grande do Sul, que é o governador Olívio Dutra, um quadro que veio do movimento sindical e foi nosso primeiro prefeito. Raul Pont era visto como um companheiro da chamada “ala esquerda”, extremista, do partido – como a direita o chamava. Acho que ele não é isso, mas a direita o chamava dessa forma. Minha extração vem do movimento político, marxista, revolucionário, tradicional, visto como intelectual pela sociedade. Então, temos uma classe média com uma grande disponibilidade. É uma disputa de valores estratégicos do socialismo. Numa sociedade como essa, a disputa é diferente da “barra” que enfrenta o companheiro Edmilson Rodrigues, numa sociedade em que 80% da população provavelmente não integra a estrutura de classe tradicional. É uma dispersão, uma fragmentação, uma exclusão e, portanto, uma alienação que permite um controle do imaginário popular muito mais fácil pelos meios de comunicação. Coisa que é mais difícil em Porto Alegre. Lá, a RBS (Rede Brasil Sul), a maior potência regional de comunicações, por exemplo, tem que compor na disputa política, tem que usar determinados padrões para fazer essa disputa, senão vai para o isolamento, porque a sociedade tem uma visão crítica da forma pela qual ela reproduz o pensamento conservador e o próprio projeto neoliberal. Então, são questões diferentes.

Para encerrar: considero que as observações feitas por Marco Aurélio Garcia são ponderações corretas. Há determinadas questões recorrentes para o socialismo e para a democracia que vêm das revoluções do século passado. Por exem-

1. Em outubro de 2000 elegeu o quarto prefeito petista, levando Tarso Genro novamente à prefeitura no período 2001-2004.

plo: as funções públicas do Estado, a questão da publicização do Estado, e não da estatização da sociedade. Mas essa questão vem da formação do Estado moderno.

O que ocorreu com as chamadas revoluções do Leste Europeu? Privatizaram o Estado, dando-lhe o mesmo estatuto dado ao partido, ou seja, o Estado se tornou um instrumento privado do partido, e, portanto, um instrumento privado da burocracia, que reproduzia suas formas de dominação como conhecemos. O que não impediu que se fizessem reformas importantíssimas. Aliás, o que se fez de positivo nesses países foram reformas na área da educação e da saúde, por exemplo, que melhoraram significativamente o padrão de vida de grande parcela da sociedade.

Gostaria apenas de fazer essas ponderações. Acho que este debate é absolutamente entusiasmante, quero me congratular com os organizadores. Sou um recorrente propositor dessa temática dentro do partido, e acho que este debate tem que percorrer o itinerário da nossa luta política, do nosso projeto político, sob pena de nos tornarmos um partido democrático, avançado, progressista, mas um partido, na verdade, de conciliação com a ordem, hoje representada pelo projeto neoliberal, inclusive por suas reformas atenuadas por meio da Terceira Via.

Muito obrigado e agradeço as perguntas de vocês.

Edmilson Rodrigues

Temos que entender como decorrência de tudo o que discutimos aqui a necessidade e a vontade de ampliar este debate e travá-lo com o povo em qualquer espaço onde estejamos, porque entre a concepção e a prática há uma diferença muito grande. Fui sindicalista, e creio que o SINTEPP (Sindicato dos Trabalhadores da Educação Pública do Pará) é hoje o único sindicato no Brasil que tem proporcionalidade qualificada. De modo que até forças políticas de direita que

organizarem chapas e obtiverem pelo menos 10% dos votos da base passam a compor suas instâncias dirigentes.

Na CUT, sempre debatemos a unicidade sindical, o pluralismo sindical, os riscos da burocratização, o papel do imposto sindical e de outros instrumentos legais nem sempre bem-vistos pelos trabalhadores, mas é impressionante o quanto é forte na presença dos sindicatos mais combativos um tipo de sustentação financeira baseada em dispositivos sobre os quais os representados não têm o direito de escolha. Às vezes, uma assembleia-geral reúne dez pessoas e, em nome de 100 mil outros membros da categoria, decide descontar 5% do salário dos trabalhadores como contribuição social. Ou seja, é difícil avançar de forma concreta na construção de práticas verdadeiramente democráticas. O viés burocratizante é muito forte. É bom que hoje possamos, com mais tranquilidade, fazer a crítica ao stalinismo ou a outras formas de interpretação do marxismo que se tornaram instrumentos concretos de ação política no âmbito do Estado. Pessoalmente, tenho a teoria marxiana como base fundamental para o pensamento revolucionário. Agora, não há dúvida de que muitas coisas foram feitas em nome do pensamento marxiano, com o rótulo de marxismo, a fim de legitimar certas “verdades”. Quantas aberrações se fizeram em nome do socialismo e da revolução!

Penso que as formas de participação, de construção do poder popular, a possibilidade da ruptura revolucionária não podem ser descartadas. No Brasil continental, diante da possibilidade de se deflagrar um processo de ebulição social, um partido como o nosso não tem o direito de apenas criticar um ato de radicalização e cruzar os braços. E acho que essa tem sido a nossa postura, a de ir buscar solução, mediar, conversar para politizar – no sentido de uma ação planejada, mas de radicalização.

Temos que enxergar essa situação com muita humildade e perceber que muitas coisas fogem do alcance dos dirigentes. Vivemos em uma sociedade muito complexa, o grau de barbárie se aprofunda a cada dia; se é verdade que a quali-

ficação de um certo segmento dos que vivem do trabalho é elevadíssima, é verdade também que uma gama cada vez maior de pessoas está no mercado informal da economia, desqualificadas profissionalmente, devido à exclusão do direito ao aperfeiçoamento profissional, ou porque o sistema não tem mais interesse em explorar aquela força de trabalho, dado o alto nível de desenvolvimento das forças produtivas. Isso tem criado uma situação explosiva. Ocorrem processos de radicalização que muitas vezes podem assumir ares de reação espontânea sem controle.

Então, acho que cabe a nós, nessa reflexão, aceitar a provocação do Danilo Cerqueira César. Ver o que falta para que o PT recupere sua origem. Não é possível recuperá-la no sentido de fazer como era antes, do mesmo jeito. Somos outro partido em outro momento histórico, com uma experiência importante, mas esta relação mais articulada com os movimentos sociais, com os movimentos dos que vivem do seu trabalho, a meu ver, é fundamental para que não percamos a capacidade de influenciar, de dirigir e de politizar mais a luta do povo.

Obrigado.

José Dirceu

Acho que o Ricardo Musse, na sua intervenção, colocou um novo aspecto para o debate. No Brasil, chegou a hora de enfrentar este problema considerando tanto o papel do partido como quais são as forças políticas sociais que podem constituir o núcleo de uma coalizão política e social para chegar ao governo de uma maneira transformadora.

Infelizmente, constituímos uma frente de esquerda que está em crise, uma frente de governadores que se dissolveu, e as próprias entidades que participam do Fórum Nacional de Lutas, que são 80 – o que é uma força política importante –, têm uma tensão muito grande em relação a duas táticas.

O MST, na verdade, tem outro centro dirigente, outra tática. É uma organização política, não um partido político no sentido clássico como estamos falando. Então, existe uma tensão sobre como resolver a questão do poder, do governo, no Brasil, a curto prazo. Avalio que, apesar da revolta e da radicalidade, está se esquecendo de que o governo pode ganhar amplos setores que estão contra ele com o discurso da lei e da ordem – e não terá sido a primeira vez.

O governo já fala em estabilidade e ordem, e não apenas em estabilidade. E, no Brasil, é preciso levar em conta a situação da CUT, da classe operária industrial, que é muito grave.

É preciso combinar a disputa política de 2000 e de 2002 com a mobilização da sociedade, da forma como ela se expressar. O PT não tem vocação para ser bombeiro, e não será. Isso não significa que o PT se disponha a ter um comportamento aventureiro. Precisamos ter um comportamento conseqüente. Este debate existe na direção do PT. E existe também a preocupação sobre o próprio partido. Está sendo tomada uma série de decisões e medidas, ainda que, como disse Edmilson Rodrigues, não voltaremos às origens. Mas o problema está colocado para o PT também, porque não há situação mais complexa do que esta que a esquerda está vivendo neste final e começo de séculos, decorrente da situação internacional e também da derrota que sofremos há dez anos.

O desafio é muito grande, mas estou certo de que temos energia, pluralismo, criatividade e a consciência de que precisamos enfrentá-lo. O debate político é muito rico e também temos a clareza de que devemos assumir essa responsabilidade e não vacilar se tivermos que fazer alguma coisa.

Sobre os autores

TARSO GENRO nasceu em São Borja (RS) em 1947. É advogado, especializado em direito do trabalho. Exilado durante a ditadura militar, retomou suas atividades políticas em 1986, candidatando-se a deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores. Foi vice-prefeito (1989-92) e prefeito de Porto Alegre por duas vezes (1993-96 e na gestão que se iniciou em 2001). É autor de livros sobre direito e teoria política, tais como *Introdução à crítica do direito*, *Esferas da consciência* e *Utopia possível*. É colaborador, como ensaísta e articulista, dos principais jornais do país. Integra a direção nacional do PT.

EDMILSON BRITO RODRIGUES nasceu em Belém (PA) em 1957, é arquiteto e licenciado pleno em disciplinas especializadas da área de construção civil; especialista em Desenvolvimento de Áreas Amazônicas e mestre em Planejamento do Desenvolvimento. Professor de carreira do Estado e da Universidade Federal do Pará (Departamento de Engenharia da Faculdade de Ciências Agrárias). É autor de vários livros, entre os quais: *Aventura urbana: Urbanização, trabalho e meio ambiente em Belém* e *Tembé-tenetehara: a nação resiste*.

Foi presidente fundador do Sindicato dos Trabalhadores da Educação Pública do Pará (SINTEPP) e dirigiu a Confederação Nacional dos Trabalhadores em

Educação (CNTE). Fundador do Partido dos Trabalhadores, entre 1987 e 1995 foi deputado estadual. É prefeito de Belém do Pará desde 1997, tendo sido reeleito em 2000 para novo mandato (2001-2004).

JOSÉ DIRCEU DE OLIVEIRA E SILVA nasceu em Passa Quatro (MG) no dia 16 de março de 1946. Casado com Maria Rita Garcia de Andrade, tem três filhos de casamentos anteriores – José Carlos, Joana e Camila. É formado em direito (PUC/SP). Um dos fundadores do PT, é presidente do partido. Foi deputado estadual em São Paulo (1987-1990) e deputado federal por duas legislaturas (1991-1994 e 1999-2002). Em 1991, junto com o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), requereu a CPI do PC, que levou ao *impeachment* do presidente Fernando Collor de Mello.

Em 1994 foi candidato ao governo do estado de São Paulo pela Frente Brasil Popular.

Sua atuação política começou nos anos 60, no movimento estudantil paulista. Em 1968 foi preso durante a realização do XXX Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE). Passou alguns meses na prisão, teve sua nacionalidade cassada e foi banido do país. No exílio, trabalhou e estudou em Cuba.

Programa dos seminários Socialismo e Democracia realizados no primeiro semestre de 2000

Os seminários foram promovidos pelo Instituto Cidadania, pela Fundação Perseu Abramo e pela Secretaria Nacional de Formação do Diretório Nacional do PT

10 de abril – Socialismo no ano 2000 – uma visão panorâmica

Expositora: Marilena Chauí

Debatedores: Carlos Nelson Coutinho e Marco Aurélio Garcia

24 de abril – Economia socialista

Expositor: Paul Singer

Debatedor: João Machado

8 de maio – O indivíduo no socialismo

Expositor: Leandro Konder

Debatedores: Frei Betto e Lula

22 de maio – Instituições políticas no socialismo

Expositor: Tarso Genro

Debatedores: Edmilson Rodrigues e José Dirceu

5 de junho – Classes sociais em mudança e a luta pelo socialismo

Expositor: Francisco de Oliveira

Debatedores: João Pedro Stedile e José Genoíno

19 de junho – Globalização e socialismo

Expositora: Maria da Conceição Tavares

Debatedores: Eduardo Jorge e Emir Sader

Caso não encontre este livro nas livrarias,
solicite-o diretamente a:

Editora Fundação Perseu Abramo

Rua Francisco Cruz, 234

04417-091 – São Paulo – SP

Fone: (11) 5571-4299

Fax: (11) 5571-0910

Correio Eletrônico: editoravendas@fpabramo.org.br

Na internet: <http://www.fpabramo.org.br>

Instituições políticas no socialismo foi impresso na cidade de São Paulo em fevereiro de 2001 pela Gráfica OESP para a Editora Fundação Perseu Abramo. A tiragem foi de 3.000 exemplares. O texto foi composto em Times New Roman no corpo 11/13,3/90%. Os fotolitos da capa e das entradas de capítulo foram executados pela Graphbox e os *laserfilms* fornecidos pela Editora. A capa foi impressa em papel Cartão Supremo 250g; o miolo foi impresso em Offset 75g.